



Número: **0019192-92.2016.4.01.3200**

Classe: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

Órgão julgador: **1ª Vara Federal Cível da SJAM**

Última distribuição : **27/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0019192-92.2016.4.01.3200**

Assuntos: **Direitos Indígenas**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
Ministério Público Federal (Procuradoria) (REQUERENTE)	
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI (REQUERIDO)	
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (REQUERIDO)	
POTASSIO DO BRASIL LTDA. (REQUERIDO)	LUIS INACIO LUCENA ADAMS (ADVOGADO) LUCIANO ARAUJO TAVARES (ADVOGADO) LUIZ GUSTAVO ESCORCIO BEZERRA (ADVOGADO) EDUARDA ROSA CAVALCANTE DE OLIVEIRA (ADVOGADO) FABIO SILVA ANDRADE (ADVOGADO) FERNANDA DE ANDRADE REBOUCAS MACHADO (ADVOGADO) CAMILA FERREIRA LUCIO HENRIQUE PEREIRA (ADVOGADO)
UNIÃO FEDERAL (ASSISTENTE)	
ESTADO DO AMAPÁ (ASSISTENTE)	LUIS EDUARDO MENDES DANTAS (ADVOGADO) DANIEL PINHEIRO VIEGAS (ADVOGADO)
INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAPÁ (REU)	LUIS EDUARDO MENDES DANTAS (ADVOGADO)
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)	
INSTITUTO PACTO AMAZÔNICO (TERCEIRO INTERESSADO)	
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA (TERCEIRO INTERESSADO)	
CONSELHO INDÍGENA MURA (TERCEIRO INTERESSADO)	IVAN DE SOUZA QUEIROZ (ADVOGADO) RAIMUNDO GUARACY GUEDES MOTTA (ADVOGADO)
ORGANIZAÇÃO DE LIDERANÇAS INDÍGENAS MURA DE CAREIRO DA VARZEA OLIMCV (TERCEIRO INTERESSADO)	GABRIEL ESPERANCA LISBOA (ADVOGADO) JOÃO VITOR LISBOA BATISTA (ADVOGADO)
COMUNIDADE INDÍGENA DO LAGO DO SOARES (TERCEIRO INTERESSADO)	JOÃO VITOR LISBOA BATISTA (ADVOGADO)
ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB) (AMICUS CURIAE)	MAURICIO SERPA FRANCA (ADVOGADO)
Documentos	

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo	Polo
1914447184	15/11/2023 22:18	Parecer	Parecer	Polo ativo

PR-AM-MANIFESTAÇÃO-18607/2023



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA - AMAZONAS
5º Ofício

Ao juízo da 1ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Amazonas

Ação Civil Pública 0019192-92.2016.4.01.3200

Requerente: Ministério Público Federal

O Ministério Público Federal vem se manifestar e requerer o que segue.

I – DA PRESENTE PETIÇÃO EM RESPEITO À VONTADE EXPRESSA PELO POVO MURA EM SEU PROTOCOLO DE CONSULTA

Ainda que com tristeza diante do cenário estabelecido, o MPF vem apresentar a presente manifestação conforme desejo do povo Mura de Autazes e Careiro da Várzea/AM, expresso em seu protocolo de consulta (Trincheiras: Yandé Peara Mura. Protocolo de Consulta e Consentimento do Povo Indígena Mura de Autazes e Careiro da Várzea, Amazonas), construído durante quase dois anos, com reuniões locais, regionais e gerais, oitiva do povo Mura em todas as aldeias da região. Na página 63 do referido protocolo, assim expressa o povo Mura:

Nós iremos organizar todas as reuniões, mesmo as externas. Para isso contamos com a ajuda do Ministério Público Federal para fazer os termos de compromisso com o proponente para cada processo de consulta.

É o proponente que vai arcar com as custas de todo o processo de consulta. Não queremos ser pressionados e coagidos: **o Ministério Público Federal deve acompanhar o processo para que o proponente não seduza alguns de nossos parentes com dinheiro, salários ou equipamentos.**

Página 1 de 49

Documento assinado em conjunto via Token, primeira assinatura por JANAINA GOMES CASTRO E MASCARENHAS, em 15/11/2023 19:11. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1da77421.9c2288b2.de45e9bf.4530b22a



A citada "sedução" é infelizmente o que vem acontecendo neste exato momento, o que demanda com urgência a ação enérgica deste órgão ministerial, bem como imediata resposta da Justiça Federal de modo a frear o ciclo crescente de violações que estão ocorrendo.

II – DA NÃO VINCULAÇÃO DO PRESENTE PEDIDO COM MATÉRIA TRATADA NA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA CONCEDIDA PELA PRESIDÊNCIA DO TRF1

De início, cabe ressaltar que o presente pedido não possui vinculação com o tema tratado na suspensão de segurança concedida pela Presidência do TRF1 (nº 1040729-80.2023.4.01.0000). Referida suspensão aborda apenas a questão da competência para o licenciamento ambiental, com a posição expressa que o órgão competente seria o IPAAM (órgão ambiental estadual) e não o IBAMA (órgão federal). Vale ressaltar que referida decisão já foi objeto de agravo interno do MPF para o TRF1, considerando violar dispositivos constitucionais, convencionais e legais, e ainda conter contradição em si mesma, ao afirmar que em caso de ser terra indígena em estudo o licenciamento seria do IBAMA. Ora, a TI Soares/Urucurituba é terra indígena em estudo, com GT já constituído pela FUNAI, mas a decisão da suspensão de segurança é contrária ao próprio argumento utilizado para sua fundamentação. Enfim, não se trata aqui no presente pedido de discussão sobre a competência federal (IBAMA) ou estadual (IPAAM), ou seja, não se trata de tema afeto à referida suspensão. Ainda, há fatos novos e graves que são trazidos ao juízo para análise e decisão imediata.

III – DAS GRAVES VIOLAÇÕES, IRREGULARIDADES, PRESSÕES, COOPTAÇÕES, AMEAÇAS EM ANDAMENTO

A Convenção nº 169 da OIT dispõe sobre a consulta aos povos indígenas ressaltando a necessidade de ser livre, prévia, informada, de boa-fé e culturalmente adequada.

O Código Civil brasileiro, a partir do art. 138 e ss trata dos defeitos do negócio jurídico, e entre eles ressalta o erro ou ignorância, o dolo e a coação como aptos a anular os referidos atos.



Também ressalta o CC a existência de atos ilícitos nos arts. 186 e 187:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

Pois bem. A partir das informações colhidas pelo MPF, há elementos suficientes para afirmar a aplicação dos dispositivos acima, seja em relação aos vícios da vontade e defeitos do negócio jurídico, seja em relação aos atos ilícitos praticados no âmbito do empreendimento pretendido pela empresa Potássio do Brasil S/A na região de Autazes/AM.

Considerando a urgência que requer a presente manifestação e a decisão judicial necessária para paralisar o grave cenário em andamento contra o povo Mura, serão apresentados de forma breve na presente petição os relatos coletados pelo MPF seja em forma de áudio, vídeo, ligações telefônicas, oitivas presenciais e videoconferência, documentos e outros meios aptos a demonstrar minimamente o cenário caótico estabelecido entre o povo Mura, lideranças, indígenas nas aldeias a partir de cooptações, promessas, pressões e ameaças estimuladas ou perpetradas diretamente pela empresa Potássio do Brasil S/A e seus prepostos. Tais atos são realizados por lideranças cooptadas pela empresa, por prepostos ou mesmo por servidores / gestores públicos favoráveis ao projeto. Tais relatos são fruto desta coletânea de documentos, provas, informações que serão juntados e melhor expostos, de forma cronológica e com minúcia de detalhes em breve, apresentando-se agora apenas um resumo emergencial do que colhido, de modo a garantir uma decisão judicial imediata diante do grave cenário.

Não são recentes os pedidos do MPF nestes autos para aplicação de multas e para adoção de medidas judiciais contra a empresa Potássio do Brasil S/A por violações contra o povo Mura, ao protocolo de consulta e ao andamento regular da ação judicial e das etapas necessárias sobre as decisões do empreendimento pretendido. Desde compras irregulares de terrenos na região dos Mura, por meio de pressões, ameaças e cooptações para vendas de território tradicional (inclusive registradas em inspeção judicial em 2022), intimidação via forças policiais locais, até introdução de placas da empresa no território Mura de forma irregular. Não é necessário explicar novamente tais situações, que já constam nos autos de forma explícita.



Contudo, tal cenário de irregularidades e pressões ganhou um grau extra de violações recentemente: por meio de áudios, oitivas, documentos, recebidos pelo MPF, foi possível identificar uma série de violações, falsas promessas, ameaças, cooptações aos indígenas Mura, oriundas desde lideranças Mura cooptadas (em especial da Coordenação do CIM – Conselho Indígena Mura), ou mesmo praticadas por servidores / gestores públicos e até mesmo por prepostos e pelo próprio Presidente da empresa Potássio do Brasil S/A.

Segue breve histórico recente destes fatos:

Em 21 e 22/09/2023 o Conselho Indígena Mura realizou uma reunião localizada na aldeia Josefa / Terra Preta, em Autazes/AM apenas com alguns representantes do povo Mura de aldeias em Autazes. Tal reunião, repleta de irregularidades e mistérios para o povo Mura (praticamente ninguém nas aldeias sabia o que seria tratado na reunião, conforme oitivas e documentos recebidos pelo MPF), foi apresentada pelo CIM publicamente como uma decisão final do povo Mura de Autazes sobre o empreendimento Potássio do Brasil S/A. Foi alegado que nesta reunião o povo Mura de Autazes decidiu, **em apenas dois dias**:

- a) modificar seu protocolo de consulta (Trincheiras: Yandé Peara Mura. Protocolo de Consulta e Consentimento do Povo Indígena Mura de Autazes e Careiro da Várzea, Amazonas), construído durante quase dois anos, com reuniões locais, regionais e gerais, oitiva do povo Mura em todas as aldeias da região;
- b) excluir a OLIMCV (organização indígena de Careiro de Varzea/AM, parte integrante do protocolo) da participação no protocolo de consulta e, por consequência, da pretensa consulta sobre o empreendimento da Potássio do Brasil na região;
- c) aprovar o empreendimento da empresa Potássio do Brasil S/A na região, sobreposto ao território indígena Soares/Urucurituba;

No dia 25/09/2023, segunda-feira, no dia útil seguinte à reunião acima citada, num ato relâmpago e bem articulado, as referidas lideranças Mura do CIM que conduziram a reunião nos dias 21 e 22/09/23, já estavam presencialmente diante do Governador do Estado do Amazonas em Manaus/AM, com notícias diversas nos jornais locais, nacionais e internacionais, divulgando a suposta aprovação do povo Mura ao empreendimento da



empresa Potássio do Brasil S/A, inclusive relatando a “aprovação unânime” do povo Mura ao empreendimento, uma clara mentira apta a enganar não apenas os parentes Mura na região, mas enganar toda a sociedade brasileira e mesmo potenciais investidores internacionais aptos a aportarem mais recursos na empresa.

O contexto destes atos relâmpago de modificação do protocolo de consulta e de suposta aprovação do empreendimento nos dias 21 e 22/09/23 foi obtido por meio de documentos, áudios e informações enviadas ao MPF, bem como pela realização de algumas oitivas possíveis até o momento com indígenas Mura de aldeias diversas. Apesar da realização de oitivas com Muras de algumas aldeias, é possível visualizar um quadro generalizado de violações que precisa de ampla e urgente apuração. Considerando a informação obtida pelo MPF de que os indígenas Mura de Careiro da Varzea e também do território Soares (que também tiveram seus direitos violados, além dos milhares de Muras das aldeias de Autazes que não foram consultados) devem apresentar a este juízo relatório com histórico das cartas, áudios e informações recebidas durante os ultimos tempos, opta o MPF neste momento emergencial por concentrar os relatos nas oitivas realizadas pelo órgão ministerial recentemente (sem prejuízo de posterior junção das informações e provas) – oitivas estas a serem juntadas oportunamente:

1) Oitiva realizada pelo MPF em 26/10/23 com Evenaldo de Oliveira Braga (Naldo Mura), motorista terrestre do DSEI Manaus, polo base Murutinga, cuja tia Lucia Braga é atual tuxaua da maior aldeia de Autazes na Terra Indígena Murutinga:

Naldo revelou que a referida reunião dos dias 21 e 22/09/2023 na aldeia Josefa/ Terra Preta foi avisada apenas alguns dias antes de sua realização, os Mura das aldeias sequer sabiam da reunião ou o que seria debatido nela, ou seja, não só não debateram o tema antes, mas sequer sabiam quais temas seriam debatidos.

Relatou ainda que a Potassio do Brasil por meio de seu Presidente e prepostos vem prometendo construir escolas, postos de saúde, distribuir royalties e recursos aos Mura na região. E que lideranças do CIM estão informando a todos os parentes que os indígenas ou aldeias contrários ao empreendimento ou às decisões tomadas pelo CIM não receberão qualquer recurso ou benefício. Todos estes pontos possuem áudios e registros, inclusive da fala de mais de uma hora do Presidente da Potassio durante a reunião de 22/09/2023 que, entre as várias promessas realizadas, em síntese oferece “comprar” o território indígena do Soares e comprar outras terras para que o povo Mura desista da demarcação do território.



Um ponto relevante é que não havia qualquer liderança ou Mura da aldeia Soares na reunião dos dias 21 e 22/09/23, sendo Soares a aldeia mais impactada e principal interessada na demarcação do seu território e nas consequências do empreendimento, bem como sequer haviam sido informados sobre a reunião previamente (informações fornecidas pelo tuxaua da aldeia Soares ao MPF, Sergio Mura).

Relatou ainda Naldo Mura que a empresa Potassio prometeu distribuir água às aldeias em face da seca extrema que as atingiu, seja por meio de caminhões pipa ou galões, contudo as aldeias que demonstram estar contrárias ao empreendimento não receberam nada.

Segue em sua narrativa, e afirma que **o CIM (por meio de alguns de seus coordenadores como Claudinho Mura, Prof. Cleber Mura, Josenildo - Cabeça Branca, Prof Heverton), está fazendo pressão em nome da empresa Potassio para os aldeados serem favoráveis ao empreendimento, exigindo que assinem documentos favoráveis, prometendo benefícios com o programa “Bem Viver”, ou ao contrário, se a pessoa / aldeia não assinar a favor do empreendimento, não receberá nenhum benefício do programa “Bem viver”, chantageando as pessoas. Por exemplo, parentes Mura que se manifestam contra o empreendimento são ameaçados de serem expulsos pelas lideranças / tuxauas das aldeias.**

De outro lado, Muras com cargos publicos como professores estão sendo ameaçados de forma explícita ou velada de perder o emprego se não forem favoráveis ao empreendimento da Potássio do Brasil S/A, e também caso não atuem junto dos pais dos alunos para serem a favor do empreendimento.

Como casos concretos, citou: Na aldeia Paracuhuba as ameaças estão ocorrendo, na aldeia Muratuba, aldeia Tapirayawara (TI Capivara, mas na verdade a maioria dos indígenas nem mora mais lá, mas seguem representando a aldeia no protocolo e na consulta), aldeia Patauí (TI Patauí, tuxaua Amós), aldeia Terra Preta / Josefa (nesta o professor já foi até exonerado, apelido “Percebe”, há dias atrás), aldeia Terra Preta da TI Murutinga (incluso a irmã do depoente, Daniele Conceição Braga, foi ameaçada pelo tuxaua Idomar de ser expulsa da aldeia caso continue alertando os parentes Mura sobre as manipulações que estão sendo feitas).

Segue Naldo citando audio do Prof. Cleber Mura (CIM) – que será juntado



oportunamente - nos grupos dos Mura falando que o povo Mura aceitando ou não o empreendimento, ele sairá de qualquer jeito, então melhor aceitar. Outros coordenadores do CIM falam a mesma coisa nas aldeias para os Mura, que o projeto vai sair de qualquer jeito, então melhor aceitar, entre eles: Cabeça Branca (Josenildo), Marcelo (aldeia Caranaí), Prof Heverton (São Felix), Estelio (Moyray), Amós (Patauí), Rosinei (Tauary). **Inclusive falaram aos Mura que o Senado, Congresso Nacional já está aprovando a mineração em terras indígenas e na região de Autazes, então não tem mais o que fazer, os Mura têm que aceitar de qualquer jeito. Naldo mesmo já escutou diretamente do tuxaua Amós estas mesmas informações falsas.**

Das ameaças de perda de cargo dos professores, o que acontece na prática é que os próprios tuxauas ou lideranças Mura fazem as ameaças contra os professores contrários ao empreendimento. O que o depoente depreende é que isto é articulado via Secretaria de Educação e Prefeito de Autazes, pois é uma atuação articulada (exs: Capivara, Paracuhuba, a maioria das aldeias, está acontecendo isto, ameaça aos professores contrários ao empreendimento de perder o cargo, feita pelos tuxaus favoráveis).

Continua Naldo citando que é motorista da SESAI / DSEI Manaus e sofreu ameaça velada do próprio Presidente da FEI – Fundação Estadual do Índio (Sinesio Tikuna) para ficar atento por ser servidor público (no sentido de que poderia perder o cargo caso não se cale). Tal mensagem também foi registrada e provém de grupo de whatsapp da APIAM, sendo que Sinesio apagou depois a mensagem, mas conseguiram tirar o print antes de apagar – será juntada oportunamente). Cita inclusive que o coordenador do DSEI Manaus (Andre Mura) foi procurado pelo Sinesio Tikuna para informar sobre a atitude do Naldo (depoente) contra as manipulações em andamento pela Potassio e CIM, com possível pedido para destituir ele do cargo (informação esta recebida pelo depoente por meio do irmão do Andre Mura, Louro).

Sobre a própria aldeia Murutinga, por exemplo (maior da região, mais numerosa), ressalta que não foi consultada, mas o ex-tuxaua Martinho Gomes da Silva afirmou que eles estavam apoiando o empreendimento na reunião em 21 e 22/09/23. Este tuxaua foi destituído do cargo de tuxaua da aldeia em assembleia geral recente após a divulgação destes fatos, incluso há carta (de 19/10/23) informando à FUNAI que Martinho não é mais liderança Mura e não fala mais pela aldeia Murutinga. Recorda que foi ali nesta aldeia que começou e terminou a construção do protocolo de consulta Mura. **Mas Martinho continua se apresentando em Brasília como liderança da região, o que não é mais verdade. Ressalta que o CIM não está aceitando que o tuxaua foi destituído.**



2) Oitiva realizada pelo MPF em 26/10/2023 com Robson Mendonça dos Santos (Mura), aldeia/comunidade Tapirayawara, km 64, AM 254 (TI Capivara – Autazes/AM), comunitário da aldeia.

Atualmente reside em Manaus em face do quadro de saúde da filha (convulsão), 5 anos, mas pertence à aldeia como comunitário. A aldeia Pirayawara participou da construção do protocolo de consulta por meio do ex-cacique Jaburino (Luzenildo Pereira de Souza).

Em síntese, Robson informou que antes da chegada a empresa Potássio à região de Autazes a relação era cordial entre aldeias Mura em Autazes e Careiro da Varzea, era pacífica. O protocolo de consulta também foi uma vitória do povo Mura, e até então era tranquila a relação. Hoje estão divididos, discussão, ameaças, coação entre os Mura, após as manipulações. Muitos aldeados não sabem dos seus direitos, são enganados. Os conflitos pioraram muito após a reunião do dia 21 e 22/09/2023 na aldeia Terra Preta /Josefa.

Para os comunitários da aldeia/comunidade Tapirayawara, a liderança Jurandir “Pacu” e o vice Josenildo (vulgo Cabeça Branca) avisaram que eles e a comissão iriam para a reunião de revisão do protocolo de consulta alguns dias antes. **Não informaram nada sobre a presença da Potassio, nem sobre apoio ao empreendimento da Potassio, nem sobre o que seria debatido sobre esta revisão. O Cabeça Branca também não mora na aldeia, apenas o tuxaua.**

Apenas depois da reunião de 21 e 22/09/2023 eles souberam os temas do que foi debatido na reunião, e ainda ficaram sabendo por meio dos canais de comunicação mostrando reunião com o governador, com o CIM (25/09), dizendo que o povo Mura tinha dado seu sim para o empreendimento da Potassio. Ressalta que ouviu de pessoas que participaram da reunião que tinham que discutir todos os temas ali, que não teria mais tempo para consultar as bases, os aldeados, pois era agora ali ou nunca mais.

No caso dele, ficou sabendo da posição da liderança nesta reunião no sentido de que a aldeia teria sido favorável à mineração, à mudança do protocolo, **no entanto sequer houve qualquer consulta aos Mura da aldeia Tapirayawara.** Dias depois, o tuxaua Jurandir (primo do depoente) enviou mensagem para ele perguntando se era a favor ou contra



a mineração, ele não respondeu. Depois ainda o Cabeça Branca (Josenildo), vice tuxaua, ligou pelo whatsapp para o depoente dia 15 ou 16/10/23 e perguntou se era contra mesmo a mineração, já que não respondeu o tuxaua. **Após, o mesmo vice-tuxaua falou que se o depoente, o Jaburino e a Geise Mura fossem contra a mineração, seriam “disciplinados”, ou seja, seriam envergonhados e humilhados na frente dos parentes, teriam carta contra eles, e que eles ficariam fora da aldeia e dos benefícios que o projeto de “Bem viver” que a Potassio traria. Há audios em grupo da família que demonstram estes conflitos.** O ex-cacique Jaburino, um dos fundadores da aldeia, pediu para sair da aldeia depois da ameaça, pois é contrário à mineração em terra indígena e não concorda com o movimento indígena (CIM) fazendo estas manipulações. Que Jaburino falou que faria uma carta de repudio contra tal atitude.

Os coordenadores do CIM estavam bravos com eles da aldeia Tapirayawara pois estavam divulgando as cartas de repudio (escritas pelas aldeias Moyray, Murutinga) no whatsapp, e não queriam que eles fizessem isso, dizendo que isto tornava Robson contra a liderança. E o depoente apenas queria expor a verdade e entender o que estava acontecendo.

Robson ressalta que não troca a terra dele e a natureza por dinheiro. Ressaltou que não foi apresentado nada nas bases, nem projeto bem viver, nem sobre as decisões da reunião 21 e 22/10/2023, ou seja, **foram enganados, não foi cumprido o protocolo de consulta.**

Cabeça Branca falou para ele em ligação e aos parentes da aldeia que o projeto Potassio ia passar de qualquer jeito, então a única opção dos Mura era dizer sim. Também falou que o Congresso Nacional estava aprovando mineração em terra indígena e eles não tinham escolha. Ressaltou que há um canal em Autazes chamado BDC notícias que toda hora divulga caminhão pipa e benefícios da Potassio para as comunidades e aldeias.

3) Oitiva realizada pelo MPF em 27/10/2023 com Gracimare Pereira Rodrigues (professora indígena há 25 anos), aldeia Paracuuba, Autazes (área indígena muito próxima do empreendimento da Potassio)

Ressaltou que nasceu na aldeia Guapenu, mas veio há 25 anos para aldeia Paracuuba morar e ser professora. Sempre houve união na aldeia Paracuuba, antes de chegar a



empresa Potassio. Desde que chegou lá há 25 anos, nunca houve atritos, como estão havendo agora. **De um mês para cá a aldeia toda ficou revoltada, grande desunião, não concordam com o que o tuxaua fez.**

Esta revolta maior aconteceu a partir do reunião da Terra Preta / Josefa, dias 21 e 22/09/23, onde ocorreu uma reunião escondida praticamente, sem comunicar as aldeias, apenas para lideranças, onde sequer foi comunicado para os Mura sobre o assunto ou mesmo que teria presença da empresa Potassio.

Os moradores da aldeia ficaram sabendo depois da reunião o que aconteceu lá e vieram procurar ela, perguntar o que está acontecendo, e os atritos começaram. **O tuxaua José Antonio, da aldeia Paracuuba, falou que iria ser a favor da Potássio / mineração nem que fosse sozinho, contra toda a aldeia.**

Ela participou da construção do protocolo de consulta Mura a partir de 2018, de muitas reuniões. **Ela foi convidada para ir na reunião de 21 e 22/09/23 apenas 2 dias antes da reunião, pelo tuxaua José Antonio, mas ela não quis ir pois já pressentia que havia uma trama por trás, e alertou os parentes sobre os riscos.** Sabia disto porque viu que foi tudo feito nas pressas, que não teve qualquer debate na aldeia, então imaginou que não teria coisa boa lá.

O tuxaua não falou nada do que ia ser discutido na reunião em 21 e 22/09, os moradores da aldeia Paracuuba perguntaram para ele, mas ele disse que não sabia qual era o assunto. Os moradores apenas descobriram o que aconteceu depois da reunião, quem participou da reunião falou que foi horrível, que **não tiveram voz, foram apenas para assinar forçado, e lá apenas se falava que era obrigatório aceitar o projeto do bem viver, que seria bom para os Mura, mas nada disto foi discutido com os indígenas da aldeia.**

Gracimare alertou que estava errado, que aquilo não devia ter sido feito, e que precisa ser revisto. Relatou que o tuxaua, percebendo que não tinha apoio da aldeia, falou durante a reunião na aldeia Paracuuba, quatro dias após a reunião de 21 e 22/09/23: *“Eu estou vendo que todo mundo está contra, mas eu vou fazer este projeto (do Bem viver) e vou assinar. Aqueles que não querem é porque não querem o bem da aldeia.”*

Ressaltou que os parentes da aldeia são muitos humildes, não conhecem seus direitos, aí ela está orientando e isto deixa o tuxaua nervoso com ela. **Já falou para ela que**



se alguém acha que está errado, que vá embora da comunidade, se for contra que fique calado, ou vá embora. Isto ele falou no grupo de whatsapp da aldeia depois que ela colocou um documento no grupo (notícia da imprensa que demonstra a situação atual, manipulações, feitas nos dias 21 e 22/09/23 e seguintes) – audio a ser juntado oportunamente.

Os comunitários da aldeia perguntaram o que precisam fazer para mostrar que eles não estão a favor da empresa e do que está acontecendo? A professora disse que precisava fazer uma carta. Aí ela fez com apoio de outros parentes, e as pessoas da aldeia começaram a assinar. Aí o tuxaua soube da carta e falou um monte de besteira para mulheres da aldeia – carta de repudio a ser juntada oportunamente.

Acredita que na aldeia apenas a gestora da escola e o tuxaua estão a favor da empresa Potassio e do empreendimento, todo o restante está contra (mais de 300 famílias).

Gracimare relatou que Lucio, empregado da empresa Potassio, foi na aldeia Paracuuba no início de outubro explicar para as pessoas o que estava acontecendo, segundo a empresa. Disse que não ia ter dano algum, que estava tudo bem, tudo legal. Mas os comunitários ficaram calados, a grande maioria nem foi em protesto, quem foi disse que não vão assinar nada (foi informada que foram apenas 6 pessoas). Depois convidaram de novo este Lucio para ir lá falar sobre o projeto do “Bem viver” (construção de poço artesiano, centro de convivência de idosos, quadra, nova escola com 6 salas, posto de saúde, feira, etc).

Lucio disse que lá onde a Potassio pretende realizar o projeto não é terra indígena, que não vai mexer com nada do território deles. Não falou nada sobre possíveis danos, riscos, potencial salinização das águas.

O tuxaua disse para toda a aldeia que aceitou o empreendimento na reunião de 21 e 22/09/23 porque tinha que ficar do lado da maioria, e que na reunião foi falado que queira ou não o povo Mura, o empreendimento vai sair de qualquer jeito, que o Senado já tinha aprovado, então os Mura não tinham outra opção.

A depoente disse que 36 tuxauas não são maioria, que são milhares de Mura em Autazes e Careiro da Varzea e eles que devem ser consultados segundo seu protocolo de consulta. Agora percebe que o tuxaua não quer mais conversar com ela, o



clima está bem ruim, mas ela entende que está defendendo os direitos do povo Mura, não é contra o tuxaua, mas contra a violação dos seus direitos.

A depoente ouviu muito já que as lideranças estão recebendo dinheiro por fora, sendo cooptados e coagidos para ser a favor da mineração da Potássio. O que ela sabe é que a gestora da escola da Paracuuba (Matilde Nascimento Laranjeira) recebeu mil reais, assim como aqueles Mura que foram até o governador também receberam mil reais, que seria uma espécie de pagamento por serviços.

O próprio filho do tuxaua questionou para a professora e ficou perplexo em ver como o pai era contra ao empreendimento anteriormente e, de repente, ficou de uma hora para outra a favor? Todos desconfiam desta cooptação e “compra” das lideranças, incluso do próprio tuxaua da aldeia Paracuuba.

Ela acredita também que o tuxaua da Paracuuba vai muito no que a coordenação do CIM fala, que não conhece seus direitos, e está sendo iludido por outros. Acredita que ele foi induzido pelos outros. Deseja que a lei seja cumprida, que os direitos do povo Mura sejam respeitados, que possam reverter esta situação.

4) Oitiva realizada pelo MPF em 27/10/2023 com Antonio Prado de Matos (Tonny Mura), aldeia Sampaio, Autazes/AM, é morador da aldeia.

Relatou que é nascido na aldeia e mora até hoje, 33 anos. Seu pai foi tuxaua 16 anos e Antonio foi vice da tuxaua por alguns anos também. Relatou que sempre era repassado para a aldeia as consultas e as decisões no seu tempo, e agora estão decidindo sem qualquer consulta e ainda pressionando. A aldeia Sampaio fica proxima a Nova Olinda do Norte, 36km de Autazes, cerca de 200 famílias. Acessível via estrada.

Relatou que a relação entre os Mura na região da aldeia Sampaio era tranquila, todos decidiam juntos, isto antes de chegar a empresa Potássio e os acontecimentos mais recentes pioraram. Agora, neste momento, há muita divisão entre os aldeados, contra e a favor do empreendimento. Na aldeia Sampaio é a minoria que busca saber a verdade, os demais sob pressão da lideranças apenas aceitam o que é falado. **Os aldeados tem medo de perder benefícios, de ser retirados da aldeia, por exemplo.**

Antonio participou da construção do protocolo de consulta como vice tuxaua

Página 12 de 49

Documento assinado em conjunto via Token, primeira assinatura por JANAINA GOMES CASTRO E MASCARENHAS, em 15/11/2023 19:11. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1da77421-9c2288b2-de45e9bf-4530b22a



na época, então entende um pouco melhor os direitos. **E hoje não estão cumprindo as regras do protocolo. São impedidos de falar de reunião, excluídos do grupo da aldeia, se falam qualquer coisa contrária ao empreendimento e mineração.** Já foi líder e na época do protocolo decidiram que todos os moradores seriam consultados, mas nada disto está acontecendo.

A partir da chegada da empresa Potassio começou a dividir a aldeia. **Recentemente, em reunião ocorrida dia 13/10/23 na aldeia Sampaio, ele foi impedido de falar, assim como outros parentes também não deixaram falar. Teve ameaças contra dois amigos, e aí ele foi defender os amigos no grupo, e neste momento o depoente foi bloqueado no grupo.**

Sobre a reunião ocorrida nos dias 21 e 22/09/23 na aldeia Josefa / Terra Preta, nada foi falado para os aldeados, tudo feito sem qualquer consulta, de forma escondida. A tuxaua avisou apenas alguns dias antes que ia ter a reunião, só falou a data, não falou o assunto, nem nada, nem discutiram na aldeia o que seria debatido na reunião (nem sobre mudança de protocolo de consulta, nem sobre presença da Potassio, nem sobre discussão para aprovação de projeto).

Antonio até questionou em como se muda um protocolo em apenas um dia, sem qualquer consulta dos aldeados, se demorou mais de ano para ser construído?

Houve uma ameaça da própria tuxaua contra uma jovem grávida da aldeia (Dinalva), mas ela não quis enviar os audios para Antonio. Foi falado a ela que se continuasse a ser contrária ao empreendimento ela não teria os benefícios (auxílio maternidade), já que é necessário uma declaração da liderança e da FUNAI para facilitar o acesso ao auxílio. Imagina que outros aldeados estão recebendo o mesmo tipo de pressão e ameaça. A própria cesta básica que vem da FUNAI eles só entregam quem está quitado a mensalidade da associação, mas muitos não tem dinheiro para pagar às vezes, são muito carentes, e aí estão privando eles de receber o benefício humanitário que vem da FUNAI para todos. Ou seja, as pessoas também tem medo de não receber a cesta básica se for contra o empreendimento da Potassio, contra a mineração.

Sobre as ameaças aos amigos (Prof. Diego e Adilio), eles vieram esclarecer as pessoas com dúvidas na aldeia a convite dos próprios parentes Mura que vivem na aldeia Sampaio, conversaram com cerca de 10 pessoas da aldeia sobre o que está acontecendo,



possíveis impactos da mineração, pontos positivos e negativos. Na reunião do dia 13/10/23 na aldeia Sampaio a tuxaua e alguns parentes foram muito duros contra as pessoas que não são a favor do que está acontecendo. Então por isto Antonio não avisou a tuxaua que iria fazer a reunião em sua casa, pois tinha receio de ter retaliação. Aí a tuxaua Gilmara soube da vinda dos dois parentes Mura, e mandou mensagem no grupo do CIM, Antonio ficou sabendo. **No audio a tuxaua falou que ia mandar amarrar eles, expulsando da aldeia. Antonio foi tentar se explicar no grupo de whatsapp da aldeia, mas foi bloqueado pela tuxaua (audio a ser juntado oportunamente).** Ou seja, quem fala qualquer coisa contra o empreendimento / mineração é excluído e bloqueado da aldeia. Mas ele não tem nada contra a tuxaua, quer apenas esclarecimentos sobre o que pode acontecer, seus direitos, bem como esclarecer a todos os parentes.

Nesta mesma reunião do dia 13/10/23 na aldeia Sampaio, foi chamada a reunião para aprovar o que foi decidido nos dias 21 e 22/09, numa inversão completa do protocolo de consulta. Aí começou mais ainda a divisão, muitos estão com medo, houve discussões. **Seu Vitor, dona Marivalda, foram praticamente cortados, o clima ficou pesado, quem falava contra era cortado, e os que estavam lá simplesmente cederam para a liderança e aprovaram o que foi imposto ali.**

Nesta reunião de 13/10/23 na aldeia Sampaio estavam presentes o tuxaua prof. Cleber da Josefa Terra Preta (do CIM) e Idiel da aldeia Tucuxi, eles **deram a entender que a empresa Potassio iria pagar 27 mil reais para cada aldeia que fosse a favor, pagos direto na conta da aldeia, mas sem precisar a data. Que cada aldeia teria que fazer uma carta de apoio ao empreendimento da Potassio e a aldeia que não fizesse ficaria de fora do recebimento deste valor – audio da reunião a ser juntado oportunamente.** Seria como uma “bondade” da empresa para cada aldeia. Isto dividiu mais ainda o pessoal durante a reunião, muitos ficaram atraídos pelo valor oferecido.

Sobre o projeto de Bem Viver, não sabe como está sendo feito na aldeia, até o momento os aldeados não construíram nada. Talvez estejam falando agora na reunião com a assembleia da Sampaio em andamento (reunião mensal que está ocorrendo neste momento da oitiva).

Toda esta divisão afeta muito a aldeia, surgem inimizades, ele tenta manter as relações boas independente das opiniões, mas muitos não compreendem. O clima de indecisão e insegurança na aldeia é muito ruim, ele mesmo se pergunta se está sendo correto em abrir o jogo sobre o que está acontecendo, mas acredita que é seu direito. Relata que o



psicológico fica muito abalado, muito ruim.

Antonio fez uma carta aberta da aldeia Sampaio, 27 aldeados assinaram, os demais estão receosos, em repudio ao que está ocorrendo e pedindo que seja respeitada a consulta da Convenção 169 OIT. Não sabe qual será a reação da tuxaua, mas segue lutando – carta a ser juntada oportunamente.

5) Oitiva coletiva realizada pelo MPF em 27/10/2023 com Adilio Vieira de Souza (Mura) – professor indígena, aldeia Moyray (presidente) e coordenador da OEIMA (estudantes Mura de Autazes), bem como com:

Lauziene dos Santos Esmeraldo (Mura), aldeia Guapenu, técnica de agroecologia, agricultora familiar

Edimir Esmeraldo Brasil, aldeia Guapenu, técnico de agroecologia, agricultor familiar

Lucelia Correia Brasil, aldeia Guapenu, agricultora familiar

Aurienne dos Santos de Lima, aldeia Guapenu, agricultora familiar

Adilson Pacheco Brasil, aldeia Guapenu, agricultor familiar

Enilson Esmeraldo Brasil, aldeia Guapenu, agricultor familiar, 64 anos, diz que o tuxaua está traindo a aldeia toda

Manoela Pacheco Brasil, aldeia Guapenu, agricultora familiar e estudante

Edinilza Esmeraldo Brasil, aldeia Guapenu, agricultora familiar

Thainá Correia Brasil, aldeia Guapenu, agricultora familiar

Esmivanio Esmeraldo Brasil, aldeia Guapenu, agricultor familiar

Elza Esmeraldo Brasil, aldeia Guapenu, agricultora familiar, 106 anos

Genesis Esmeraldo Brasil, aldeia Guapenu, agricultor familiar

Adegildo Esmeraldo Brasil, aldeia Guapenu, agricultor familiar

Elza Esmeraldo Brasil, aldeia Guapenu, agricultora familiar, 106 anos ressaltou que é nascida na aldeia e vive lá até hoje, é contra o projeto da empresa Potassio, pois é velhinha e não quer que os netos sofram, tem mais de 30 netos.

Adilio Mura, aldeia Moyray: Relatou que antes da chegada da Potassio os Mura eram unidos, não havia estas divisões, atritos, sempre visitavam as outras aldeias,



tinham boas relações entre eles. Mas depois da chegada do empreendimento e da empresa Potassio, as divisões, atritos, aumentaram muito, mudou totalmente a vivência das aldeias, há uma divisão entre os que são a favor e contra. Tem impactado o modo de vida dos Mura, pois isto acaba se multiplicando para todas as áreas de vida dos Mura, seja pessoal, seja profissional, pessoas fazem cara feia, não conversam mais, ficou muito ruim atualmente. Em especial no ultimo mês após a reunião de 21 e 22/09/23.

Cada dia parece pior, acredita que até a vida dele corre risco, pois estão denunciando, alguns parentes ficam com raiva, ameaçam.

Depois da reunião da Terra Preta / Josefa (21 e 22/09/23) a situação piorou ainda mais. Pois os Mura das aldeias começaram a questionar as lideranças e o CIM sobre o que foi decidido, por discordar, e aí **o tom de ameaças, pressões, aumentou ainda mais. Tem medo do que podem fazer contra ele.**

Sobre a reunião 21 e 22/09, soube que houve outra reunião anterior entre as lideranças (aldeia Capivara, não foi convidado), mas não avisaram as aldeias, foi apenas entre algumas lideranças. Adilio sempre se mostra contra os atropelos e pressões que estão acontecendo, contra a mineração e por isto tem sido incluído.

Simplesmente souberam em cima da hora que a liderança estava indo para a reunião, mas nada foi debatido antes nas aldeias, todos nas aldeias sem informação, tanto da Moyray, quanto da Guapenu. **Nas aldeias apenas souberam depois por whatsapp e notícias que a mineração estava liberada, que os Mura tinham liberado, mas sem qualquer consulta na base das aldeias.**

Adilio participou na reunião dias 21 e 22/09, disse que teve fala inicial que ninguém poderia filmar, tirar fotos, mas depois a própria empresa Potassio usou fotos do evento, registrou. **As falas eram cortadas de quem era contrário ao empreendimento, um dos parentes tomou o microfone da mão dele (Josenildo, Cabeça Branca, do CIM), não deixavam falar contra o empreendimento. Quase teve brigas físicas durante a reunião, não houve consenso, e finalizaram a reunião.** Apenas depois souberam que saiu uma documentação da reunião como se os Mura fossem favoráveis. Durante a reunião tentaram fazer uma votação relâmpago com as pessoas levantando a mão se aceita ou não aceita o empreendimento e, neste momento Adilio interveio para dizer que não estava certo e aquilo não respeitava o protocolo de consulta, e aí começou as brigas e finalizou a reunião.



Na aldeia Moyray não está havendo tanto conflito pois conversaram com o tuxaua, mostraram que são contrários e ele não devia ter feito isto, e o tuxaua se afastou. Quem vem atuando é o vice tuxaua, fica um desconforto de todo jeito.

Adilio recebeu vários convites dos parentes Mura para ir esclarecer a situação, pois os aldeados que não são lideranças não sabem o que está acontecendo. Por ex, a aldeia Terra Preta / TI Murutinga, da aldeia Sampaio, da Pantaleão e os tuxauas estão escondendo a situação. Na aldeia Murutinga a próprio tuxaua (nova, depois da destituição) chamou mas ele não pode ir.

Na aldeia Sampaio ele foi convidado por alguns aldeados agora em outubro para ir lá explicar a situação, questão da consulta, situação jurídica. Explicou que o próprio CIM está contra a decisão da Justiça Federal que proibia o IPAAM de licenciar, também que o CIM está contra a demarcação da TI Soares, e que ainda está violando a própria consulta da 169 OIT e o protocolo de consulta do povo Mura. Ele explicou que o que foi falado para todos, e saiu na imprensa era que os Mura já aprovaram o empreendimento, mas os presentes não sabiam nem dizer o que era silvinita, os possíveis impactos. Relataram a eles a fala de que o projeto vai sair de qualquer jeito, que os Mura não tem escolha, se não aceitar iriam para outro lugar dentro das terras indígenas e tirariam pelo subsolo. Enfim, esclareceu mentiras que estão sendo faladas a todos. Também relatou alguns impactos ambientais que estudaram que podem acontecer na mineração de potássio / silvinita, e os parentes ficaram com receio.

Depois disto, a tuxaua da Sampaio colocou no grupo do CIM (whatsapp) um audio ameaçando Adilio que iria amarrar eles lá se estivesse na área. Aí Adilio foi justificar sua presença, que foi a pedido dos aldeados pois não sabiam o que estava acontecendo, das irregularidades e violações da consulta da Convenção 169 OIT. Aí a tuxaua apenas disse que ia processar ele. E aí ele informou que tinha provas das pressões dela contra os próprios moradores da Sampaio e ela se calou.

Já na aldeia Pantaleão (zona urbana de Autazes) também foi chamado para levar esclarecimentos e levou dois alunos da agroecologia (Lauziene e Edimir), quem chamou foi o vice tuxaua. Nos dois casos ele gravou para demonstrar que estava agindo com transparência. Aí ele mostrou que tinha ido lá a convite do vice tuxaua, e o tuxaua apenas ressaltou que era para ter conversado com ele antes. Mas ontem mesmo encontrou o tuxaua Edilson da Pantaleão em Autazes, explicou o que falou lá, e **o tuxaua admitiu que estavam**



errados em atropelar tudo, pois os aldeados já querem tirar ele da liderança lá e convidou o Adilio para reunião dia 02/11/23.

Tanto na aldeia Pantaleão, quanto na aldeia Sampaio, os comunitários / aldeados afirmaram que não houver qualquer tipo de consulta, que foram enganados e só souberam das coisas depois da reunião de 21 e 22/09/23, por whatsapp, mídia, e por alguns que participaram lá e discordaram.

Teme pela vida dele porque, junto da Milena Mura (coordenadora de Associação de Mulheres Mura), são pessoas mais esclarecidas e com coragem que estão publicamente expondo os erros e manipulações que estão acontecendo, e isto tem gerado raiva e ódio entre algumas lideranças.

Conversou com o Prefeito e o vice-prefeito, chamaram ele para perguntar se era a favor ou contra o empreendimento, e ele deixou claro que se quiserem tirar o cargo dele pode tirar. **Prof Cleber Mura mandou audio para ele dizendo que ia falar para o Prefeito exonerar ele se não parasse de se manifestar – a ser juntado oportunamente.**

Relatou que o Presidente da FEI (Sinesio Tikuna, que apoia a mineração da Potassio, estava em Brasília em apoio) deixou de fora do recebimento das cestas básicas humanitárias as aldeias Ponta das Pedras, Moyray, pois são contra os atropelos e o que foi feito na reunião de 21 e 22/09/23. Acredita que não disponibilizaram as cestas para eles pois são contra a mineração e o presidente da FEI é a favor. No Guapenu vieram 100 cestas básicas há duas semanas pela FEI/AM (lideranças não são contra da mineração abertamente). Todas elas são muito próximas, estão sofrendo os mesmos efeitos da estiagem.

Lauziene dos Santos Esmeraldo (Mura), aldeia Guapenu, confirmou o que Adilio falou, que não teve qualquer consulta aos indígenas da aldeia Guapenu, sequer foram avisados sobre o que seria debatido na reunião de 21 e 22/09 na aldeia Terra Preta, souberam depois apenas o que aconteceu lá. Os participantes do Guapenu disseram que assinaram a ata da reunião, mas não sabiam que isto seria usado para um posicionamento do CIM sobre o tema. O vice tuxaua está fazendo tudo oculto do povo da aldeia Guapenu, sequer sabia que ele foi pra Brasília com a comitiva do CIM.

Na aldeia percebem que há grande desunião depois disto que aconteceu,



atritos, acusações, piorou muito a relação. Estão esperando o vice tuxaua voltar de Brasília para ele prestar explicações, pois entendem que uma liderança não pode fazer isto com o povo. Pretendem já tirar ele da liderança amanhã.

Enilson Esmeraldo Brasil, aldeia Guapenu, agricultor familiar, 64 anos - o tuxaua não consulta os aldeados, pede que o MPF proteja os parentes, em especial seus netos, pois sabe dos problemas da mineração em todo o mundo, citou Brumadinho, e desastres.

6) Oitiva realizada pelo MPF em 27/10/2023 com Diony Ellem Vieira Pereira (aldeada e professora indígena Mura) – aldeia Capivara, Autazes/AM

Relatou que a relação na aldeia Capivara entre os Mura era boa antes da chegada da empresa Potassio e o empreendimento, havia divergências como em todo lugar, mas resolviam de forma harmoniosa. Com a chegada da empresa Potassio, a harmonia da aldeia mudou, muitos parentes ficaram deslumbrados com as promessas. A relação entre a lideranças e os comunitários também mudou, e mais ainda em relação ao coordenador Jose Claudio (Mura), coordenador do CIM, que já morou na aldeia Capivara. O modo dele resolver as questões do povo, distanciou-se de algumas questões, era simples e começou a não mais atender ao povo. **O próprio diálogo do coordenador do CIM era um no passado, defendia a demarcação de terras, e depois mudou, e também em relação ao próprio empreendimento, defendia o protocolo de consulta, mas depois do início da consulta mudou e começou a ficar contra os parentes Mura. Ao invés de lutar pela causa indígena, passou a lutar pelo empreendimento. Começou a ficar contra todos que falam contra o empreendimento.** Também induz as lideranças para se favorecer e ser a favor do empreendimento, tenta persuadir as pessoas, fazendo promessas, falando mentiras. **Falas como “a partir do momento que aceitar o empreendimento vai vir muito benefício, dinheiro” são expressas sempre pelo Claudinho Mura, pelos coordenadores do CIM. Mas não falam nada sobre os possíveis impactos do empreendimento, os riscos, apenas promessas e benefícios.**

Por ex, Claudinho Mura falou em reunião na aldeia Capivara (em setembro, antes da reunião do dia 21 e 22/09) que os Mura eram apenas caseiros do território indígena, que apenas cuida de algo que não é seu. Deu o exemplo dos Waimiri Atroari, do seu plano de Bem viver que ajudou eles a comprar terrenos próprios para eles, que os Mura teriam que usar este exemplo. Para ela, a forma que Claudinho falou era no sentido de os Mura comprarem seus terrenos, e não demarcar, indo contra o que ele



defendeu antes. Acredita que isto tem a ver com a questão da demarcação da TI Soares, onde o CIM está atualmente contra e a favor da empresa Potassio.

O irmão dela, Professor Heverton, participou das reuniões externas para construção do protocolo de consulta Mura. Teve reuniões na aldeia dela também. Ela foi ter mais maturidade para debater apenas mais recentemente, depois que entrou na universidade, com magistério indígena.

Na comissão da aldeia Capivara que participa da consulta como representantes, foram retirados os professores, ao contrário do que diz o protocolo de consulta Mura, foram retirados os professores pelos tuxauas (Tuxaua Valdenir Costa de Souza - Vaval, e vice José Orlando). A mãe dela, também professora, fazia parte da comissão, mas foi retirada e não colocaram outro professor.

Houve uma reunião na aldeia Capivara, antes da reunião 21 e 22/09, com poucas pessoas (apenas tuxauas, lideranças e alguns professores, sem comitivas, pouca gente), em que Diony participou, em que discutiram a questão de tirar a OLIMCV do protocolo de consulta Mura. Foram questionadas três coisas na reunião:

- tirar a OLIMCV do protocolo (desmembrar Careiro da Várzea de Autazes)
- inserir ou retirar coisas do protocolo (sob alegação de erros ortográficos e não acordo)
- escolher pessoa para ser coordenador de região (foi escolhido prof Heverton Marques, que apoia a mineração atualmente, mas que no passado era a favor da demarcação e contra a mineração)

Diony redigiu o relatório, pois a prof. Matilde Laranjeira não estava presente (ela que sempre faz a redação das questões envolvendo Potassio) e aí ela foi escolhida para redigir. **Tuxauas falaram sobre o empreendimento, mas não teve nada sobre os potenciais impactos do empreendimento, apenas falando dos benefícios, fazendo propaganda da mineração.**

Antes de terminar a reunião, o prof. Eder Prado e o Claudinho Mura (CIM) falaram para ela que não era para passar para ninguém a ata / relatório da reunião na aldeia Capivara, aí ela desconfiou do motivo de ser pedido sigilo num tema que deveria ser de conhecimento de todos os Mura. Não sabiam o que ia ser discutido nesta reunião/assembleia de 21 e 22/09, apenas falaram que era uma conversa sobre o plano



de Bem Viver Mura.

Após o retorno da reunião de 21 e 22/09, na aldeia Terra Preta / Josefa, percebeu as lideranças e a comissão deslumbradas, dizendo que iam ganhar muito dinheiro, muitos benefícios, relataram as promessas do Presidente da Potassio, sobre construção de posto de saúde, escolas, que não ia ter impacto sobre rios e lagos.

Diony também participou de outra reunião dia 10/10/23 na aldeia Capivara entre lideranças e o presidente da Potassio estava presente (ela participou só até meio dia), foi informado que seria conversa de “chefe para chefe” apenas com lideranças / tuxaua. Tem audios parciais desta reunião. Foi vetada a participação dos próprios aldeados da aldeia Capivara, mas elas foram assim mesmo de penetras. Na abertura da reunião, Prof Cleber após apresentar, disse que todo tuxaua tem que colocar ordem na sua aldeia. Aí o tuxaua da Capivara, Vaval, **disse que quem fosse contra a Potassio era pra ir embora naquele mesmo momento, pois da reunião só participaria quem fosse a favor.**

Ela gravou a reunião, mesmo sem a permissão expressa dos presentes, mas alguns tuxauas tinham sido a favor de gravar – a ser juntado oportunamente. Percebeu que as promessas que o Presidente da Potassio fez na aldeia Terra Preta / Josefa, já foi mudando nesta reunião da aldeia Capivara.

Apenas depois, numa reunião interna dos aldeados da aldeia Capivara, que Diony se posicionou contra tudo que está acontecendo, as violações ao direito de consulta, à Convenção 169 OIT e a Constituição Federal. Ressaltou os possíveis impactos negativos e que ninguém está sendo informado. O conselheiro de saúde também alertou isto. **Aí a maioria dos aldeados se mostrou contra o empreendimento, apenas 5 pessoas levantaram a mão a favor do empreendimento, sendo que tinha mais de 50 pessoas presentes. O tuxaua também falou na reunião que o empreendimento ia sair de qualquer maneira, que precisavam ser a favor para receber os benefícios, e isto fez que na hora da assinatura vários assinassem na esperança de receber os benefícios. Que a empresa já estava liberada para tirar o minério, que a ata era apenas formal, os Mura não tinham mais escolha segundo o tuxaua.**

7) Oitiva realizada pelo MPF em 27/10/2023 com Herton Fabricio Rodrigues Figueira (Herton Mura) – professor indígena na aldeia Santo Antonio, TI



Apipica, Careiro da Varzea, assessor técnico da OLIMCV

Relatou que está desde 2006 na aldeia Santo Antonio, TI Apipica, no Careiro da Varzea, mas nasceu na aldeia Guapenu em Autazes e por isto possui relações muito próximas com os parentes da região, assim como muitos outros parentes Mura.

Fez breve histórico das relações Mura e a questão da Potassio: Com 12 anos ele assumiu como 3º conselheiro fiscal da aldeia Paracuuba, para monitorar território. Na época só existia o CIM (Conselho Indígena Mura), que abrangia toda a área Mura, incluso Careiro da Varzea. Em 2008 quando ele já estava em Careiro da Varzea, criaram a organização dos professores indígenas Mura, a OPIMCV.

Sempre tiveram uma boa relação entre todos os Mura do baixo Madeira, reuniam-se nas assembleias do CIM para tomar decisões. Já em 2012 a OPIMCV se transformou por decisão de Careiro da Varzea em OLIMCV, aí o CIM não precisaria mais se preocupar com eles e teriam representações jurídicas separadas em Autazes e Careiro da Varzea, mas eles ainda apoiavam o CIM financeiramente pois o CIM estava passando por dificuldades financeiras. Até então as relações entre os Mura era muito tranquila.

Em 2015, a convite do próprio CIM foram até a aldeia Moyray, também pediram apoio do CIMI, para uma reunião para falar sobre o problema da mineração do território, que já estavam avançando. A partir disto, como já possuíam relações históricas entre os Mura dos dois municípios, eles decidem se reunir OLIMCV e CIM na luta por seus direitos de consulta da Convenção 169 OIT.

Numa grande assembleia (mais 300 lideranças de Autazes e Careiro da Varzea), provavelmente ocorrida em 02/2017, após atuação do MPF com ação judicial, acordo realizado, CIM e OLIMCV decidiram fazer protocolo de consulta conjunto, e a união entre eles aumentou ainda mais. Citou apoio do grupo Dabukuri da UFAM neste período, que explicou a eles o que era consulta prévia, livre, informada, de boa fé, o que ensejou a decisão de todos.

Foi cerca de 1 ano e 8 meses de reuniões locais, regionais, geral que enfim gerou a criação do protocolo de consulta do povo Mura, Trincheiras Yandé Peara Mura, com base na história do povo Mura de luta por meio de trincheiras (cercas submersas) nos rios para parar invasores.



Então após o protocolo de consulta Mura ficar pronto houve a troca da gestão da OLIMCV e do CIM. A partir de então começaram a ver mudanças de comportamento das diretorias, informações camufladas, suspeitas. Uma pessoa que sempre teve muita influência sobre os Mura foi o Edivaldo Munduruku (Xinanã) ex coordenador da FUNAI CR Manaus, na época Presidente da FEI, e percebiam já uma cooptação por parte da FEI aos indígenas, no sentido de serem favoráveis ao empreendimento da Potássio. Herton começou a perceber isto quando era servidor da FEI/AM. O protocolo de consulta ficou pronto no final de 2019. Quando o protocolo ficou pronto já começou as pressões para sair logo a consulta e aprovação do empreendimento da Potássio.

A Potássio imprimiu na época 1500 exemplares do protocolo para os Mura como presente aos Mura, mas junto com o protocolo veio um relatório do projeto Potássio, relatório do EIA RIMA e um vídeo da Potássio, tudo em pen drive (exceto versão impressa do EIA RIMA). Cada aldeia recebeu um pen drive com tudo, e o vídeo, e a ideia é que cada aldeia mostrasse o vídeo falando das maravilhas e benefícios do projeto para a aldeia, o que foi feito.

Aí aumentou os assédios da Potássio, cada vez mais se aproximando das lideranças Mura, com nítido caráter de cooptação. Começou a notar lideranças que eram contrárias ao empreendimento a mudar de posição de um dia para o outro. Citavam frequentemente o exemplo dos Waimiri Atroari como modelo e como os Mura poderiam fazer igual.

Relatou que Edivaldo Munduruku (então Presidente da FEI) sempre reproduzia estas falas pró empresa Potássio. Cada vez ficou mais clara a situação de manobras, manipulações, cooptações. Inclusive neste período foi mudado o estatuto do CIM para permitir que não mais apenas tuxauas pudessem ser coordenadores do CIM, isto que permitiu o atual coordenador assumir (Claudinho Mura).

Quando ele, Herton, estava trabalhando na FEI, com protocolo de consulta sendo construído em 2019, foi convidado por José Roberto (preposto da empresa Potássio) para uma reunião num hotel, em tese iriam apoiar um campeonato da aldeia Santo Antonio com 500 reais, e o convite foi em tese para entregar os 500 reais de apoio da Potássio. **Estando no hotel no bairro Vieiralses em Manaus, recebeu proposta do José Roberto em troca de apoio ao empreendimento, sendo que José Roberto mostrou uma maleta e um envelope com notas de 100 reais, e José Roberto citou que tinha 70 mil reais para**



Herton se se dispusesse a apoiar o projeto da Potassio. Herton respondeu que as etapas precisavam ser seguidas do protocolo de consulta e não teria como ele agilizar nada, que não poderia ajudar em nada e recusou a proposta.

A partir deste momento José Roberto se colocou à disposição para ajudar no que Herton precisasse, mas Herton não deixou avançar além disto.

Em 2019 Herton conheceu Lucio Rabelo como servidor do IPAAM, mas depois disto viu que ele se tornou empregado da Potassio. O Presidente da FEI na época cedeu o espaço para a Potassio conversar com ele, e os assuntos foram protocolares. Outra vez houve um novo encontro com José Roberto, também apenas para oferecer apoio, que a Potassio era favorável aos direitos.

Quando Herton começou a perceber a cooptação existente dentro da FEI, 2019 e 2020, em especial pelo Presidente Edivaldo a favor da Potassio, começou a alertar os parentes do CIM e OLIMCV. Mas ele era desacreditado, diziam que ele não podia falar nada pois era servidor da FEI também.

Já durante a pandemia, quando se começou a discutir a pré consulta, tentaram tirá-lo da coordenação de área do Careiro da Varzea. O novo coordenador da OLIMCV já ia muito a favor às falas dos coordenadores do CIM, era inexperiente e não participou das discussões do protocolo de consulta. **Até mesmo nesta escolha deste coordenador acredita que houve manipulações, pois o Januário (então coordenador do DSEI Manaus), cedeu dois barcos para a votação da coordenação da OLIMCV, e eram próximos do CIM.** Mas conseguiram eleger a vice coordenadora Ana Claudia, tuxaua da aldeia Jabuti, que participou das discussões do protocolo e tinha mais conhecimento.

A partir disto teve muitas discussões com o Edson (novo coordenador da OLIMCV) pois sempre prestou apoio técnico para a OLIMCV, e então Herton pediu para se afastar da OLIMCV. Mas a vice coordenadora pediu para ele continuar e ele voltou atrás e aceitou então continuar.

Neste momento o CIM começou a trazer propostas de fazer consulta por conta própria dos Mura sem intermediação da JF/AM ou do MPF, as falas do coordenador Claudinho (coordenador do CIM) começaram a se tornar contraditórias com o que defendiam antes, dizia que a Justiça Federal estava interferindo na



autonomia do povo Mura, que podiam fazer a consulta por conta própria mesmo contra a suspensão do processo na JF/AM. Também começou a questionar o protocolo de consulta, que tinha erros, enfim, muito estranho e contraditório. Inclusive críticas ao CIMI que até então era parceiro dos Mura a apoiou toda a luta que fez a situação chegar na construção do protocolo de consulta e acordo para consulta.

No momento da pré consulta, final de 2022, mais estranhezas em relação à postura de CIM e OLIMCV naquele momento. Recursos em tese “reservados” para aluguel de lancha, de carro, começaram a sumir e perceberam que o CIM começou a desviar recurso, que estava recebendo recurso em nome de CIM e OLIMCV. Relatou a diferença de custos entre OLIMCV e CIM, inclusive na própria descrição da planilha de custos não era fidedigna com a realidade (ex: dizia que ia ter pão, queijo e ovo nas reuniões, mas na hora tinha apenas café e bolacha no lanche).

Herton sempre dizia aos parentes do CIM e OLIMCV que estava havendo cooptação, mas não lhe davam crédito, e como não tinha gravado a conversa, pensou em marcar algo para tentar provar isto. Neste desejo, no fim de 2022 marcou um encontro no Amazonas Shopping com o José Roberto da Potassio (o mesmo que ofereceu propina anteriormente em hotel de Manaus para ser a favor da empresa Potássio) e tentou gravar, para ver se ele ofereceria dinheiro assim como fez no hotel em 2019. Mas não deu certo a gravação, pois o funcionário José Roberto pediu para colocar os celulares em modo avião e aí ele teve que mostrar o celular e não deu para gravar, mas de toda forma a conversa não fluiu, percebeu a desconfiança do empregado da empresa.

Hoje acredita que muitas lideranças do CIM e de Autazes estão compradas e cooptadas, como tentaram fazer com ele. Sabe disto pois foi divulgado audio gravado pela esposa do tesoureiro do CIM, Eder, em que é relatado o oferecimento de dinheiro pela Potassio em troca de apoio aos coordenadores do CIM – a ser juntado oportunamente.

Afirma que o protocolo de consulta foi violado atualmente pelo próprio CIM, pela empresa e as pessoas que estão por trás disto tudo, com todas as manipulações que estão acontecendo, em muitos pontos.

Acredita que as lideranças de Careiro da Varzea não chegaram a ser assediados tanto quanto de Autazes, talvez o Presidente da OLIMCV teve pressões ou tentativas de cooptação, mas não acredita que ele recebeu propina. Tanto que atualmente estão unidos na

Página 25 de 49

Documento assinado em conjunto via Token, primeira assinatura por JANAINA GOMES CASTRO E MASCARENHAS, em 15/11/2023 19:11. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave da validação: de45e9bf.4530b22a



luta contra as violações em andamento, tendo o presidente da OLIMCV em princípio voltado a defender os direitos do povo Mura, ao seu território e à consulta da Convenção 169 da OIT.

Em relação aos acontecimentos dos últimos meses, em maio de 2023 a OLIMCV e o CIM fizeram convite geral a todas as instituições para participar de assembleia anual do povo Mura que ocorreu em Careiro da Varzea, na aldeia Mura-Tucumã entre 17 a 19/05/23. Este encontro reuniu lideranças das aldeias dos dois municípios.

Paralelo a isto o canal de Autazes de notícias de facebook BDC iniciou uma forte campanha pró mineração, e houve reunião na Câmara Municipal onde CIM participou. Aí começou a ver muito mais clara a mudança de posição do CIM, que publicou nas mídias sociais que não era contra o empreendimento.

O intuito desta assembleia anual em maio de 2023 foi dar ampla transparência ao que vinham fazendo, pois muitas falas falsas, equivocadas, contra os Mura estavam acontecendo. **Jecinaldo Satere, diretor do MPI (Ministério dos Povos Indígenas), disse para algumas lideranças Mura na ocasião que precisam ter cautela, que tem muito interesse federal no projeto Potassio, que o empreendimento deve sair de qualquer jeito, então os Mura deveriam refletir melhor em como fazer parte disto. Ele disse isto para Herton também.** Isto influenciou bastante esta mudança de posições de algumas lideranças acredita, pois ficaram ainda mais preocupados.

Neste encontro anual dos Mura, de maio de 2023 a OLIMCV se manifestou a favor da demarcação da TI Soares e contra a mineração. As lideranças do CIM que eram a favor da mineração começaram a ir embora no meio do encontro, quando viram que a OLIMCV se posicionou a favor da demarcação e contra a mineração. E aí ficou muito clara a posição do CIM nisto.

Aí nisto entrou um advogado para representar CIM e OLIMCV (Israel Munduruku), mas que perceberam que veio infiltrado já com segundas intenções. Isto perceberam quando viram um documento no processo judicial assinado pelo advogado, que dizia coisas que não foram aprovadas pela OLIMCV. E aí decidiram afastar o advogado da representação de CIM e OLIMCV. **O advogado disse que ia conseguir um carro para os Mura da OLIMCV, mas como eles tiraram do processo não poderia mais conseguir o carro.**



Deste encontro o CIM propôs que as aldeias iriam se reunir para debater sobre as demarcações e a pre-consulta. Mas as aldeias de Careiro da Varzea já tinham afirmado sua posição a favor da demarcação, então consequência natural era ser contra a mineração que sobreporia a TI Soares. Aí o atrito direto contra o CIM veio quando o CIM pediu suspensão da inspeção judicial no Soares, e isto veio pedido a partir de outro advogado deles (Ivan), em tese voluntário para advogar aos Mura há uns 2 anos. Eles observam que este advogado Ivan é quem manobra e orienta tudo em benefício da empresa Potassio.

A partir disto o Claudinho Mura (coordenador do CIM) começou a falar para as lideranças de Autazes que a OLIMCV tinha pedido para se desmembrar do CIM no protocolo de consulta, mas isto é mentira e não havia este encaminhamento em lugar nenhum.

Dia 11/08/23 houve uma reunião na aldeia Capivara, onde CIM traz proposta de reformulação do protocolo. OLIMCV (Willian) informou que não era necessário nem mudar o protocolo, nem prosseguir na pré consulta, pois havia decisão da JF/AM suspendendo tudo (audio a ser juntado oportunamente).

A partir de então surgiu audio relatando que os coordenadores do CIM estavam dividindo dinheiro entre si (gravado pela esposa do tesoureiro do CIM), o que traz ainda mais evidências de que a empresa Potassio está pagando propina às lideranças do CIM, como tentaram fazer com ele em 2019.

Pessoal da OLIMCV soube que o CIM agendou reunião dias 21 e 22/09, não sabiam ao certo qual o tema, **pediram para participar, mas foi falado para eles que seria apenas uma reunião interna do CIM.**

A partir dos relatos dos parentes Mura que participaram, o discurso nesta reunião de 21 e 22/09/2023 foi simples: **o empreendimento vai acontecer de qualquer jeito, se concordarem receberão benefícios, se não concordarem ficarão sem nada. Então praticamente foram coagidos, enganados, o que gerou este pretenso apoio das lideranças. O protocolo de consulta foi violado e neste caso o próprio Presidente da empresa Potassio esteve presente nesta reunião de cooptação e pressão contra as lideranças e presentes.**

Também tem audios de ameaça de tirar o emprego de professores

Página 27 de 49

Documento assinado em conjunto via Token, primeira assinatura por JANAINA GOMES CASTRO E MASCARENHAS, em 15/11/2023 19:11. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1da77421.9c2288b2.de45e9bf.4530b22a



contrários ao empreendimento – a ser juntado oportunamente. Milena que é da organização de mulheres Mura vem recebendo ameaças. Estiveram presentes na aldeia Soares para dar apoio ao tuxaua Sergio em face de toda esta enganação.

Dia 28/09 a OLIMCV se reuniu para dar resposta ao que o CIM publicou que participou junto do governador do estado do AM (dia 25/09), tal reunião de 28/09 originou a carta de manifestação da OLIMCV de 29/09/23. Inclusive o próprio tuxaua e a aldeia Soares onde seria a base do empreendimento foram descartados e não participaram da reunião nos dias 21 e 22/09.

Exigem que sejam respeitados os direitos do povo Mura e que a justiça faça seu papel. Hoje a situação entre os Mura está caótica, ameaças, pressões, cooptação. Há uma divisão muito forte, não se falam mais entre os favoráveis e contrários ao empreendimento. Estão se mobilizando para tentar reconstruir o que a empresa Potassio destruiu, pois antes era diferente, eram unidos, criaram critérios de defesa do território, de organização social, durante os debates para construção do protocolo de consulta. E após tudo desmoronou por intervenção indevida, cooptação e má-fé da empresa Potassio.

Fica triste com esta mudança de parentes Mura repentina, pois foram aliados de luta. Cita como o povo Mura tem uma história bela de resistência histórica, mas hoje é visto em todo Brasil como indígenas pró mineração, como os Pareci são vistos como a favor do agronegócio. **Isto é uma dano moral, uma negação, uma ofensiva contra o povo Mura, pede retratação do estado e da empresa com o povo Mura.**

8) Oitiva realizada pelo MPF em 27/10/2023 com Diego Garcia Filgueira (Mura), 35 anos, pedagogo e especialista em educação escolar indígena, professor indígena na aldeia São Felix e atualmente presidente do conselho municipal de educação de Autazes, morador da aldeia Moyray, TI Guapenu, Autazes/AM

Relatou que faz parte do movimento Mura desde a infância, e participou ainda mais a partir de 2013 com as denúncias iniciais sobre a mineração irregular no território Mura. A relação entre os Mura antes da empresa Potassio chegar era tranquila. O CIM estava com problemas financeiros, o movimento Mura estava um pouco parado, mas viviam em paz. Desde aquela época algumas lideranças já se aproximavam da empresa Potassio.



A partir de 2013 a Edna (falecida na pandemia) do CIMI – Conselho Indigenista Missionário - começa a fazer reuniões de formações jurídicas com os Mura e isto vem fortalecer os conhecimentos do povo Mura.

Aí vai acontecer a aproximação com o MPF a partir de 2015, a ação na Justiça Federal, todos ficaram unidos para lutar pelo bem viver do povo Mura. Até então estavam unidos. Contudo, **a partir do dia 21 e 22/09/23 na aldeia Josefa / Terra Preta em Autazes/AM as divisões se escancaram. Hoje há grupo das pessoas que não aceita as manipulações que estão sendo feitas, que defende os direitos indígenas, deseja conversar com os parentes das aldeias, mas estão sendo vetados por outras lideranças Mura, que querem esconder a verdade.**

O psicológico de muitos Mura está impactado, professores que não estão dormindo direito, nem conseguindo comer direito, pensando na crueldade que estão fazendo com os parentes Mura. Tem parentes que querem agir com violência, mas os professores tentam acalmar e fazer com que acreditem na Justiça.

Sobre o protocolo de consulta, Diego participou das etapas de construção e foi tudo bem. Também da assembleia de aprovação em 2019 na aldeia Murutinga. Faz parte da comissão da aldeia Moyray que compõe o protocolo.

Antes da reunião dias 21 e 22/09 perguntavam qual o tema da reunião, mas ninguém falava. Havia boatos de que seria sobre a empresa da Potassio, mas nada foi falado de concreto. **O CIM sempre falava a todos que não tem dinheiro nem recursos, mas para esta reunião apareceu dinheiro para todas as aldeias comprar gasolina, se deslocar para a reunião, muita comida, café da manhã farto, muita carne, peixe. Não souberam nada de onde veio o dinheiro ou quanto foi gasto.** Cada aldeia dá 100 reais por mês ao CIM apenas, ou seja, é pouco recurso para poderem fazer algo grande como esta assembleia com recursos próprios.

Apenas alguns dias antes foi anunciada esta reunião do 21 e 22/09. Antes dela houve outra reunião na aldeia Capivara cerca de uma ou duas semanas antes em que deveria ir toda comissão de cada aldeia, mas não foram todos. Também na reunião da aldeia Capivara tudo foi custeado, transporte e alimentação de todos.



Chegaram na reunião do 21 e 22/09 sem saber oficialmente do que se tratava. Prof Cleber foi eleito para conduzir a reunião, e disse a todos que era proibido gravar e tirar foto da reunião, que apenas Heverton poderia gravar. Aí Cleber começa a dizer que a reunião era uma consulta às lideranças, com alguns temas:

1º tema) saída do Careiro da Varzea do protocolo de consulta Mura com o CIM, que estava na hora de cada um ter seu próprio protocolo

Claudio Mura, coordenador do CIM, falou que as lideranças da OLIMCV estavam pedindo para sair do protocolo e separar do CIM, foi quando Diego levantou a mão e questionou que houve reunião anterior com a OLIMCV e em nenhum momento eles falaram que queriam dividir o protocolo. Pediu uma prova de que a OLIMCV tinha solicitado para sair do protocolo. Claudio Mura, coordenador do CIM, informou que o Edson (Dinho) da OLIMCV estava preparando documento para pedir a saída do protocolo Mura, mas isto era mentira, não houve este documento e nem as falas da OLIMCV sobre a separação. Aí começou a confundir as pessoas, gerar confusão.

Cleber começou a falar da autonomia do CIM, que Careiro teria que respeitar. Lideranças novas que não participaram da construção do protocolo de consulta estão a favor da empresa Potassio.

2º tema) A partir disto foi informado na reunião pelo professor Cleber, apresentado pelo Eder (tesoureiro CIM) e prof Heverton Marques que já havia a proposta de um novo protocolo que foi apresentado naquela hora do dia 21 e 22/09 aos Mura.

Diego era amigo próximo do Prof Cleber, então tinham um diálogo próximo. Por isto ele passou certas informações sigilosas ao Diego antes dos atritos dias 21 e 22/09/23. Inclusive em audio enviado a Diego o Prof Cleber ressalta que não concordou com as propostas, com as manipulações, que sabe que está irregular, situação muito difícil, mas que precisam “fazer do limão uma limonada” e pede sigilo sobre tudo “pelo amor de Deus não fale nada a ninguém, porque eu também não concordei, mas diante da situação eu tive que concordar” - a ser juntado oportunamente.

Soube que antes desta reunião do dia 21 e 22/09, um grupo de lideranças Mura (8 lideranças) foi até o Presidente da Potassio Adriano que estava no escritório da empresa em Autazes para tirar satisfação e perguntar sobre a conduta dos coordenadores do CIM (estavam desconfiando da conduta deles, se estariam fazendo algo contra o povo Mura, pois diziam uma coisa e faziam outra). Nesta reunião do Presidente da Potassio com as 8 lideranças, a Potassio entrega dois protocolos de

Página 30 de 49

Documento assinado em conjunto via Token, primeira assinatura por JANAINA GOMES CASTRO E MASCARENHAS, em 15/11/2023 19:11. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1da77421.9c2288b2.de45e9bf.4530b22a



consulta (minutas) que já tinham até data de aprovação (13/09, aldeia São Felix, reunião que nunca ocorreu).

Estes 8 líderes foram até o CIM (Claudinho), e não se sabe qual foi o teor da conversa. A partir desta conversa aconteceu a reunião na aldeia Capivara e depois a reunião do dia 21 e 22/09 da aldeia Terra Preta / Josefa. Ou seja, acredita que a ideia de tirar o Careiro da Varzea surge do próprio gestor da Potassio. Quem relatou isto foi o tuxaua Estelio do Moyray e também o tuxaua da aldeia Cuia.

Estas articulações têm líderes dos Mura que passaram a conduzir, em favor da empresa Potassio: Josenildo (Cabeça Branca), prof Heverton Marques e prof Cleber, além do Claudinho Mura.

O tuxaua da aldeia Cuia, José Roberto, disse para Diego (também era próximo do Diego) que tiveram a ideia de ir de aldeia em aldeia para conversar com as lideranças e mostrar a nova ideia sobre o empreendimento (convencer os parentes a serem a favor da mineração, que não teria mais jeito, que os Mura precisavam agir para receber os benefícios, fazer o plano de Bem viver).

Diego ressaltou fala de Cleber na reunião de 21 e 22/09, no sentido de que leram e ajustaram a minuta do protocolo de consulta durante a noite, quando tiraram a informação de que já teria sido aprovado em 13/09. **Não foi falado na reunião quem construiu a minuta, mas Diego tem convicção que foi a própria empresa Potassio que construiu alguns dias antes.**

Recordando que o próprio Cleber passou a minuta do novo protocolo para o Diego dias antes da reunião 21 e 22/09 por mensagem. Mas quando enviou, pediu que não mandasse para ninguém, foi bem enfático. A relação de amizade entre Diego e Cleber somente foi rompida após a reunião do dia 21 e 22/09/23. Assim como com Josenildo, Claudinho, coordenadores do CIM, houve rompimento de relações após esta reunião.

3º tema) Divulgação da presença do presidente da Potassio dia seguinte (22/09) às 13h00 – até aquele momento no dia 21/09 os Mura sequer sabiam que o Presidente da Potassio estaria presente, pelo menos eles da Moyray não sabiam.



Não foi feito convite no grupo de whatsapp do CIM para esta reunião 21 e 22/09, pois é um grupo maior, onde deveria ter exposto o tema da reunião, o que não aconteceu, o que demonstra a falta de transparência total e violação do protocolo de consulta Mura.

A partir da apresentação da minuta, retirou-se uma comissão para analisar o novo protocolo do CIM entre 17h00 até 21h00, que foi ser apresentada no dia seguinte (22/09) e questionado que quem aprovasse ficasse de pé, onde a maioria levantou, acredita que enganada e com receio.

Em nenhum momento este novo protocolo de consulta foi debatido nas aldeias, nas bases, foi tudo feito em apenas dois dias, propondo a mudança do protocolo de consulta que foi construído em quase 2 anos. Violando todas as regras estabelecidas pelos próprios Mura.

A partir de 15h40 do dia 22/09, Presidente e funcionários da Potassio foram para o outro lado do campo de futebol esperar a decisão dos Mura. Em tese os Mura teriam que decidir naquele momento se eram a favor ou contra o empreendimento da Potassio.

Aí as discussões e pressões foram aumentando, os que falavam qualquer coisa contra o empreendimento eram hostilizados, ridicularizados, com frases como “pára com sentimentalismo”, “não temos mais tempo, temos que decidir”, “quem não concorda que vai embora, não temos tempo”. Josenildo (Cabeça Branca) fala neste momento que a FUNAI já havia aprovado o estudo de componente indígena (ECI), que estava tudo bem e certo, não teria qualquer problema.

Cada Mura tinha apenas um minuto para falar, mas mesmo durante este um minuto eram interrompidos os que falavam contra. Em nenhum momento dos dois dias (21 e 22/09) houve qualquer fala da Coordenação do CIM, ou da Potássio, sobre os possíveis danos do empreendimento.

Recordou que nos dois dias houve reuniões paralelas, em que Josenildo (Cabeça Branca) estava orientando o que os tuxauas deveriam fazer. Aí quando Diego informou das irregularidades, também o hostilizaram.



Lembrou também que no dia 21/09 também foi aprovada em tese que mais duas aldeias possam participar do processo de consulta (aldeias estas que apoiam a mineração), aldeias Poronga (Apurinãs) e Morganha (Mura), que não participaram da construção do protocolo anterior, seja por ser Apurinã e não Mura, seja pela Morganha ser muito recente sua constituição.

Após as brigas entre os Muras, discussões, o Presidente da Potassio foi chamado com um assobio para vir do outro lado do campo para a assembleia. Pergunta se os Mura queriam mesmo o empreendimento da Potassio, muitos gritaram “sim”, comemoram, tiram foto com Presidente e aí logo na 2a feira (25/09) já estava comissão Mura sendo levada ao governador para declarar a “aprovação unânime” do povo Mura ao projeto da Potássio.

Muitos saíram confusos da reunião, sem nem saber o que aconteceu.

Após verem que o tuxaua da Moyray, Estelio, foi junto do governador com o CIM no dia 25/09, os parentes da aldeia Moyray fizeram carta de repudio dizendo que o tuxaua não representa os aldeados, e isto causou a ruptura com os coordenadores do CIM. A partir desta carta de repudio do Moyray outras aldeias foram fazendo suas cartas e os aldeados começam a demonstrar a revolta contra o que foi feito na reunião de 21 e 22/09.

Ainda, depois da reunião leu a ata e percebeu que muitas coisas importantes não foram registradas na ata dos dias 21 e 22/09 para não comprometer a empresa Potassio, como por exemplo fala do Presidente da Potassio dizendo que se houver a demarcação da terra indígena não tem projeto Potassio; fala do mesmo Presidente contrapondo tuxaua da Ponta das Pedras quando disse que terra não é vida; todas gravadas (áudio das falas do Presidente da Potassio a ser juntado oportunamente).

Josenildo (Cabeça Branca) diz em audio (a ser juntado oportunamente) que Diego era um atrapalho para o projeto, e que seria pedido que o Prefeito de Autazes tomasse providência com ele (ou seja, tirar o cargo de professor dele). Diego falou com a família e decidiram que mesmo que perca o cargo irão lutar pelos seus direitos.

Relatou que Cleber também mandou audio (a ser juntado oportunamente) ameaçando Adilio de perder o cargo de professor. Também o Prefeito de Autazes mandou mensagens para Diego logo após a divulgação da carta da Moyray, e perguntou se Diego era contra ou a favor da mineração, mas Diego não respondeu. Queria



conversar com Diego mas ele não foi.

Aí após isto o grupo dos Mura (Cabeça Branca) fala em audio que Prefeito está bravo com Diego e que já iam pedir a demissão dele, pois está indo nas aldeias “desfazer o nosso trabalho”, ou seja, a cooptação deles para que as lideranças fiquem a favor da mineração.

Tem audios (a ser juntado oportunamente) em que **Cleber (CIM) relata o quanto irão receber de dinheiro, 27 mil reais por aldeia** (tal reunião na aldeia Sampaio ocorreu antes de Diego e Adilio irem até lá levar esclarecimentos, justamente foram a pedido dos aldeados da Sampaio por conta desta questão).

Após esta reunião da aldeia Sampaio em que se fala do oferecimento de 27 mil reais para cada aldeia, um dos moradores do Sampaio pede que Diego (que convida Adilio, presidente dos estudantes Mura) foram para a aldeia Soares explicar para eles o que está acontecendo. Na reunião a liderança (Jiquitaia) lembrou que a Petrobras prometeu há muito tempo que os Mura iam ficar ricos, e isto nunca aconteceu.

Depois disto a tuxaua da aldeia Sampaio (Gilmara) soltou audio no grupo do CIM contra Diego e Adilio acusando de eles estarem invadindo a aldeia, ameaçando de amarrar e bater neles com chicote (lambar) se encontrassem eles lá - a ser juntado oportunamente.

Há um grupo fechado apenas das lideranças Mura a favor do empreendimento Potassio, e a partir das conversas neste grupo alguns tuxauas tem lançado no grupo maior do CIM que vão impedir a entrada de outros parentes Mura nas aldeias deles para explicar qualquer coisa sobre o empreendimento. Mas tem havido pedidos dos parentes para explicar.

Tuxauas que falaram no grupo do CIM que outros parentes Mura não vão entrar na aldeia deles para esclarecer nada: aldeia Muratuba (tuxaua Raimundo Nonato), aldeia Ferro Quente (tuxaua Raimundo), aldeia Pantaleão (Tuxaua Edilson), tuxaua Ediel da aldeia Tucuxi, tuxaua Cleber da aldeia Terra Preta / Josefa e a tuxaua Gilmara da aldeia Sampaio.

Vários parentes Mura de aldeias diversas estão procurando Diego para ajudar a escrever documentos para tirar o tuxaua que é contrário ao interesse dos aldeados e os

Página 34 de 49

Documento assinado em conjunto via Token, primeira assinatura por JANAINA GOMES CASTRO E MASCARENHAS, em 15/11/2023 19:11. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1da77421.9c2288b2.de45e9bf.4530b22a



enganou, muitas divisões estão acontecendo. Também foi procurado pelo secretario de educação para entender o que estava acontecendo, pois recebia mensagens diversas. O secretario parabenizou pela luta e disse para manter a essência.

9) Oitiva realizada pelo MPF em 03/11/2023 com Sergio Freitas Nascimento, tuxaua da aldeia Soares em Autazes/AM

Sergio relata as diversas violações sofridas, pressões da empresa Potassio sobre os Mura e seus territórios, vendas forçadas dos territórios dos parentes, má-fé da empresa já há alguns anos obrigando e ameaçando os parentes para vender, sob pena de perder o território de qualquer jeito. Relatou que foi excluído pelo CIM das discussões e sequer foi convidado para a reunião do dia 21 e 22/09/2023.

Reforça o anseio do povo Mura da aldeia Soares pela demarcação do seu território, que já está com GT constituído pela FUNAI e deve iniciar em breve os estudos para publicação do RCID.

Relatou que encontraram marco de referência geográfica dentro do território Soares, provavelmente colocado pela empresa Potassio, num claro desrespeito e violação do território novamente, mesmo já com decisão da JF/AM contra esta presença na região do Soares – vídeo e fotos a serem juntados oportunamente.

Pediram afastamento da aldeia Soares do CIM, considerando a má-fé e as manipulações que a atual coordenação do CIM vem fazendo, inclusive se manifestando contra a demarcação da TI Soares que o próprio CIM pediu para demarcar muitas anos atrás.

Relatou que participou de reunião em 11/08/23 na aldeia Capivara em que foi aventada a possibilidade de mudança do protocolo de consulta, mas sua posição pela Soares, das lideranças do Careiro da Varzea e outros presentes foi contra a mudança do protocolo e a favor da demarcação de seus territórios, com a proposta de fazer um cronograma de demarcações. Contudo depois disto o CIM começou a manipular o que tinha sido conversado na reunião e desfazer o combinado.

Já no dia 15/09 houve outra reunião que diziam ser da Boca da estrada, que



não é a dele, então não foi convidado e nem participou. Na sua região (Autaz Açu) não houve qualquer reunião, pois o coordenador (Piraca, da aldeia Urucurituba), que até então era a favor da demarcação e contra o empreendimento da Potassio, recentemente mudou de opinião sem aparente explicação. Soube que desta reunião haveria um convite para o Presidente da Potassio falar com eles nos dias 21 e 22/09 (soube pois alguém printou os encaminhamentos e enviou, mas não foi divulgado oficialmente pelo CIM nos grupos do povo Mura). **Nesta reunião não recebeu qualquer convite pelo CIM, apenas no próprio dia 21/09 recebeu áudio do Cleber do CIM chamando para a reunião, mas sequer teria possibilidade de chegar a tempo no mesmo dia e perguntou porque não convidaram antes?**

Relatou que o Coordenador do CIM, Claudinho Mura, informou a ele que foi pressionado para tomar decisão e mentiu para ele, Sergio, até o ultimo momento possível, inclusive quando já estava em Manaus para fazer reunião com o governador do Amazonas (no dia 25/09/23) para informar a “aprovação unânime do povo Mura” Claudinho ainda informava ao Sergio mentiras, que estava no dentista e depois falaria com ele. Soube apenas pela mídia a decisão e a presença dos coordenadores do CIM junto do governador.

Relatou também que o Presidente da Potassio chamou Sergio para conversar com ele no escritório em Autazes, ele foi com o Vava (vice tuxaua). Na reunião o Presidente falou dos milhões da empresa disponíveis para os Mura, que poderia comprar até avião para o Soares se quisesse, que poderia comprar terrenos para os parentes Mura da aldeia Soares saírem da região e se deslocarem para outra área, do Itaúba. A ideia é que a empresa Potassio exploraria a área e depois da exploração (20, 30 anos) a área seria devolvida aos Mura e poderiam demarcar se quisessem. Vava chegou a gravar a conversa, mas o celular quebrou e perdeu o audio, mas o Vava pode confirmar a conversa. Sergio e Vava apenas responderam que conversariam com os parentes na comunidade e dariam retorno, mas não mais responderam.

A empresa Potassio buscou ainda falar novamente com as lideranças do Jauary, Paracuuba, Soares e Urucurituba, sempre citando o dinheiro disponível, mas Sergio desconversou e não atendeu mais as propostas.

Relatou assédios recentes do Piraca (tuxaua do Urucurituba que mudou de posição e atualmente é a favor do empreendimento) e do advogado do CIM (Ivan) oferecendo benefícios, ajuda financeira em face da doença que está passando, contudo nunca antes



tinham ofertado ajuda a ele ou aos comunitários. Ressaltou a mudança de comportamento e postura do Piraca, tuxaua da aldeia Urucurituba, em favor da empresa Potassio – audio da conversa gravada pelo Sergio a ser juntado oportunamente.

Recorda que já foi ameaçado na época dos pedidos de demarcação no primeiro semestre e tem procurado não mais andar sozinho, tem medo de ter atos contra sua vida. Relatou ainda assédios e tentativa de interferência do CIM na escolha do novo tuxaua da aldeia Soares, em tempos recentes.

10) Oitiva realizada pelo MPF em 06/11/2023 com Rita Milena Pereira Correia (Milena Mura), Organização das mulheres indígenas Mura (OMIM) de Autazes/AM, aldeia Moyray, TI Guapenu

Relatou que possuem 200 sócias da OMIM. Participaram desde a construção do protocolo de consulta Mura, a partir do dia 19/02/2019. Mas a OMIM existe desde 1992, iniciou com a mãe da Milena, mas ficou parada pois sem coordenadores.

Antes de chegar a empresa Potassio na região de Autazes/AM, desde 2005 o CIMI visitava alguns parentes Mura na região. Mas a partir de 2015 é que se intensificam em oficinas do CIMI na região, sobre os direitos deste povo. A partir de então os Mura começam a conhecer o que estava acontecendo em relação à Potassio na região, pois até então tinham quase nenhum conhecimento sobre isto.

A relação entre os Mura, até a empresa chegar com o projeto de mineração, era muito boa entre as aldeias, o CIM estava um pouco parado, mas possuíam boas relações, não havia conflitos, nada. Edina do CIMI (falecida na pandemia) inicia um maior esclarecimento aos parentes Mura.

Milena deu uma parada na atuação junto do movimento indígena, e veio a retomar com força a partir da 2a etapa da construção do protocolo de consulta. Sempre tiveram relações muito próximas com os Mura de Careiro da Várzea e por isso optaram por fazer o protocolo de consulta de forma conjunta. Estavam muito unidos os Mura ainda na época da elaboração do protocolo de consulta. Mas então começa a haver divisões, em especial com o pessoal da TI Jauary inicialmente.



Atualmente a relação entre os Mura está muito dividida, isto enfraqueceu muito o movimento indígena, a coletividade, imaginavam que isto poderia acontecer quando começasse a surgir o dinheiro. Percebem que algumas aldeias ainda possuem autonomia, mas os coordenadores atuais do CIM estão bastante favoráveis à Potassio. Claudinho, Eder, demonstram-se muito favoráveis à Potassio, Tato não aparece tanto, mas ouviram audios que relatam que ele também está cooptado, por meio do recebimento de recursos.

Acompanhou na época (em 2019 e seguintes anos) e viu que tiveram muitas reuniões do Xinanã (Edivaldo Munduruku, na época que era Presidente da FEI/AM), Tato, Eder e Claudinho Mura (Coordenador do CIM). Eder informou a ela que era Xinanã e o grupo deles (da FEI/AM na época) que fazia prestações de contas para os Mura, isto já na transição para o novo Presidente da FEI (Zenilton Mura). Apesar de virem juntos para a reunião (ela os acompanhava), via que havia agendas privadas apenas da FEI e de alguns coordenadores do CIM. Não havia relatos do que era conversado, mas naquele momento não desconfiavam de nada.

A partir da ultima reunião da pré consulta (em Urucurituba, em 2022), tiveram alimentação estragada, não pagamento aos especialistas Mura na integralidade (ela era uma das especialistas Mura, na equipe do Claudio Mura) e aí começam a desconfiar. Com presença de “especialistas da UFAM”, entre eles prof. Raimundo Nonato, advogado Antonio Norte. **Estava tudo sendo bem esclarecido, até que chegou geólogo e já se posicionou como favorável à mineração, o que irritou os parentes Mura. Queriam ouvir sobre os possíveis impactos, mas perceberam que não teria transparência com este geólogo.**

Começou a perceber que a posição do CIM e dos que conduziam o processo de pré-consulta estava estranha, viciada. Decidiram então que não continuariam a pré consulta até ter um especialista idôneo, mas isto não foi respeitado pelo CIM, que trouxe novamente os “especialistas” para a aldeia Sampaio sem sequer avisar os especialistas de apoio Mura.

A partir de então começam as travas nas indicações dos parentes Mura e a Justiça Federal vai realizar então a inspeção judicial em 2022 na aldeia Soares devido às divisões e acontecimentos. **Então o CIM começa a criticar o MPF e a JF/AM.**



Foi convidada no final de 2022 a fazer parte do apoio ao empreendimento da Potassio, que teria benefícios junto do CIM, o tesoureiro Eder sempre insistia, ele questionava a Milena o que ela achava como OMIM do empreendimento da Potassio, que o empreendimento estava mais para sair mesmo, que Prefeitura e estado eram a favor, etc. Milena falou que era contrária ao empreendimento, mas a favor de construir um plano de bem viver independente de esperar algo da Potassio. Ele citou que ela poderia ter benefícios, a OMIM, ter patrimônio próprio da organização, mas ela não aceitou.

Aí perceberam a insistência do Cabeça Branca, Claudinho, Eder, Heverton (do CIM) em tocar de qualquer jeito a consulta, a ir contra a demarcação do Soares / Urucurituba. Já no início de 2023 começam a afastar Milena das reuniões, por ela não se demonstrar favorável ao empreendimento da Potassio. **Sobre a falta de pagamento aos especialistas Mura, Claudinho não deu explicação, apenas disse que teve imprevistos e não pode pagar todo mundo.**

Com o avanço da demarcação da TI Soares Urucurituba, e o apoio da OMIM à demarcação, as lideranças do CIM e alguns tuxauas começam a se indispor ainda mais com Milena, discutindo com ela. **Na reunião do dia 21 e 22/09/23** isto fica ainda mais visível. Não receberam qualquer convite como OMIM para as reuniões, incluso para esta. **Questionou porque não foram convidados, mas não houve resposta no grupo a elas. Soube por outros parceiros que não convidaram nem OMIM, e nem a organização dos estudantes pois eram contra o empreendimento.**

Nenhum parente das aldeias que ela conhece sabia do que se trataria a reunião nos dias 21 e 22/09/23, a pauta não foi divulgada. Havia apenas boatos mas nada formal ou oficial pelo CIM.

Ouviu do Prof Tuniel contou que Milena soube da reunião e estaria vindo, que ela não poderia falar para não atrapalhar os planos dos coordenadores do CIM. Tuniel pediu para ela não ir, pois estavam ocorrendo ameaças contra ela. Mas ela foi de qualquer jeito, e a primeira coisa que ouviu quando chegou é que não pode filmar nem gravar nada. Ela insistiu que iria filmar / gravar.

Milena pediu a palavra e se manifestou contra o desmembramento do Careiro da Varzea, contra o empreendimento da Potassio, e pediu inclusive para retirar da OMIM e da OPIM, mas apenas deixar o nome dela pois não teve sequer tempo de consultar as mulheres

Página 39 de 49

Documento assinado em conjunto via Token, primeira assinatura por JANAINA GOMES CASTRO E MASCARENHAS, em 15/11/2023 19:11. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave da77421.9c2288b2.de45e9bf.4530b22a



Mura.

Relatou também situação de ameaça no contexto da demarcação da TI Soares/Urucurituba: teve abordagens na cidade de Autazes contra ela logo após a inspeção judicial. **Em maio de 2023**, na vila do Rosarinho (no final do município de Autazes, fronteira de Nova Olinda do Norte/AM), Milena foi chamada para participar de reunião da aldeia Remanso, e quando estava na conveniência (lancha abastecendo), **chegou próximo a ela um homem encapuzado e perguntou a ela: “Você faz parte dos indígenas que estão na frente da demarcação da TI Urucurituba?”**. Milena disse que não estava a frente. Ele falou **“Você acabou de salvar a sua vida”** e mostrou a ela uma arma na cintura nova. E informou que cabeças vão rolar se continuar a demarcação de terra lá na região. Ela está em contato com o Programa de Proteção de Direitos Humanos do Amazonas (PPDDH/AM).

Mais recentemente, está recebendo ameaças de alguns tuxauas, inclusive o Cabeça Branca disse que se Milena falar algo na votação sobre a Coordenação do CIM (no meio de novembro) ele irá calar ela de outro jeito. Também falas de que se as aldeias foram pela ideia da Milena não vão ganhar benefícios, não vão receber nada.

Soube que Claudinho Mura está estimulando um abaixo assinado das aldeias para tirar Milena da OMIM, mas o mandato dela vai até 2025 e só pode ser tirada se fizer algo de errado. Não avançou estes abaixo assinados, acredita.

No final de outubro (26/10/23), Claudinho Mura já brigado com ela, procurou Milena e disse que gostaria de saber se ela estava com raiva, e pediu desculpas. Ela questionou porque ele estava estimulando um abaixo assinado contra ela na OMIM? Ele negou, mas ela falou que as próprias mulheres falaram isto a ela. Falou para que ele deveria pedir desculpas dos 12 mil Muras pela desonra que ele está fazendo, que ele deveria honrar o legado do CIM e poderia ainda voltar atrás, pois ele iria colher o que está plantando. Aí Claudinho perguntou a ela se ela viria mesmo para a eleição da coordenação do CIM (em meados de novembro), ela respondeu que haveria uma chapa que defende o coletivo Mura.

Mais recentemente, no dia 02/11/23 no aniversário do irmão dela, Claudinho Mura chegou e convidou Milena para ocupar cargo na CTL em Autazes/AM, isto ocorreu na casa do pai dela em Autazes/AM, Claudinho informou que o próprio Emilson Munduruku (CR FUNAI Manaus) estaria disposto a articular isto.

Página 40 de 49

Documento assinado em conjunto via Token, primeira assinatura por JANAINA GOMES CASTRO E MASCARENHAS, em 15/11/2023 19:11. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1da77421.9c2288b2.de45e9bf.4530b22a



Sobre audios de propina sendo dividida entre coordenadores do CIM, ouvia-se o Eder (tesoureiro CIM), que havia divisão de valores entre os coordenadores do CIM, sendo que apenas 10 mil seria para despesa, o restante para eles individualmente. Citou que havia superfaturamento de notas, participação de enfermeira. Acredita que a própria esposa do tesoureiro gravou o audio (filha do tio Estelio da aldeia Moyray), provavelmente por divergências entre eles. O próprio tio estava sendo cooptado com recebimento de recursos acredita, mas estão dialogando para voltar.

Os recursos financeiros com que o CIM tem feito as reuniões/assembleias não é próprio do órgão, que não possui este recurso. Tudo leva a crer que a própria empresa Potassio vem custeando o CIM, inclusive viagens a Manaus, Brasília, hotel, e quase sempre a Potassio está junto das reuniões nas aldeias. Perceberam que a própria FEI/AM (agora com o Presidente Sinesio Trovão) continua apoiando a empresa Potassio e os parentes Mura favoráveis ao empreendimento.

Os coordenadores do CIM sempre falam nas aldeias que o Senado já estava aprovando a mineração da Potassio, e isto passou a impressão que os parentes Mura que tudo estava favorável e que a extração do minério já aconteceria. Isto ficou ainda mais forte na região quando teve a suspensão de segurança do Vice Presidente do TRF1, onde o CIM divulgou geral nas mídias.

Jecinaldo Satere (Secretário do MPI) em assembleia dos Mura na aldeia Mura-Tucumã (antes das reuniões de setembro), nas falas deu a impressão aos parentes Mura que a mineração seria favorável, Jecinaldo citou exemplo dos Waimiri Atroari de como foi a questão dos benefícios, ressaltou que o empreendimento de mineração tende a acontecer de qualquer jeito e os Mura precisam se preparar, fazer um plano de bem viver.

Na ultima semana anterior à oitava, quando foram a Brasília, questionou Sonia Guajajara, Ministra do MPI, agora na visita presencial em Brasília no final de outubro com parentes contrários às violações em andamento, sobre a fala do Jecinaldo Satere (Secretário do MPI). Sonia ressaltou que o MPI não é nem a favor, nem contra, segue os trâmites legais, os parentes precisam ser consultados, ter os direitos respeitados, seguir os estudos da FUNAI e do IBAMA.



11) Reunião presencial com indígenas Mura da aldeia Murutinga no MPF em 06/11/2023

Roni Braga da Silva (Mura) começou informando que ocorrem ameaças por conta do projeto potássio da empresa Potássio do Brasil, que pede socorro às instituições pois o empreendimento está afetando muito as aldeias, iniciou com a proposta de consulta e de protocolo em todas as aldeias, mas que foram pegos de surpresa por uma reunião praticamente escondida nos dias 21 e 22/09/2023 na aldeia Terra Preta Josefa em que muitas lideranças não foram convidadas por conta de já haver um pré-acordo com a empresa Potássio do Brasil, **que o Conselho Indígena Mura ameaçava não ocorrer a demarcação de terras e mais sanções caso não "falassem a mesma língua"** acerca da aceitação do Projeto, estão muito preocupados, pois o CTL Funai Local e o próprio CIM estão mais favoráveis ao empreendimento do que aos direitos indígenas.

Wallace Gomes de Sousa (Mura), do Conselho Distrital de Saúde da Aldeia Murutinga falou que o CIM era contra o empreendimento e que de repente passaram a se posicionar a favor, sem explicações.

Maria Lucia Carvalho Braga, tuxaua da Aldeia Murutinga Tracajá, informou que houve uma reunião no Careiro da Varzea, aldeia Mura-Tucumã, que estavam presentes representantes e lideranças Mura de todas as aldeias de Autazes e Careiro da Varzea, em maio de 2023. em que a maioria se posicionou a favor da demarcação, que após isso houve outra reunião na aldeia Capivara que não foram todos, chamaram somente os tuxauas, nessa reunião já ficaram a favor do empreendimento da Potassio.

Não houve qualquer convite ou explicação sobre a pauta da reunião dos dias 21 e 22/09/23 na aldeia Josefa/Terra Preta, todos os que eram contra não foram convidados, foram enganados, que era proibido filmagens ou gravações pelo CIM, pois estavam escondendo o que estavam fazendo.

Ouviram no dia anterior 20/09 em conversa com algumas lideranças que somente os favoráveis poderiam falar, que eram hostilizados se falassem contra. Nesta noite Cleber (CIM) falou que precisavam aceitar o empreendimento para que não fosse embora e por isso o CIM o estava apoiando, que não adianta os parentes lutarem contra, pois o empreendimento iria ser feito de qualquer jeito.



Que antes dessa reunião não houve qualquer reunião na aldeia Murutinga e em outras sobre mudança de protocolo, tampouco sobre a aprovação do projeto potássio.

Roni informou que não foram convidados para a reunião da aldeia Capivara.

Maria informou que só era convidado quem era a favor do empreendimento.

Roni disse que era proibido gravar para que não houvesse provas contra o grupo a favor do empreendimentos. Que ficaram sabendo da reunião através do Tuxaua Martinho, que haveria uma reunião no Terra Preta só que não informou a pauta da reunião.

Toniel informou que foi passado que não poderiam questionar nada e todos deveriam falar a mesma língua, que mencionaram o nome da Milena por conta dela querer saber a pauta, o CIM falou que ela estava se intrometendo, que o professor Cleber de Almeida e o Everton (CIM) falou que não poderia haver questionamentos e nem falar “outra língua”, Cleber, Cabeça Branca e Everton falaram que quem fosse contra não daria em nada, que se fossem contra a Potássio iria embora.

Wallace falou que as discussões foram acirradas quase havendo briga na reunião. **Que não houve nenhuma reunião na aldeia Murutinga, nem em outras aldeias pelo que saiba sobre mudanças no protocolo de consulta e nem sobre aprovação do projeto potássio antes da reunião do dia 21 e 22/09/23.**

Leandro (Mura), informou que Caranai, Terra Preta e Tauari fazem parte da Terra Murutinga, que nelas se autointitularam lideranças sem o consentimento das tradicionais lideranças da Terra Indígena Murutinga, que somente querem indígenas que morem na TI que faça parte, que lá moram 400 famílias e mais de 3 mil pessoas, queria pedir para o Emilson CR Manaus da Funai que retire essas lideranças que nem indígenas são, que seja feito um estudo com antropólogo para saber se são indígenas, que os tuxauas que respondem pelo Tauari, Caranai, Terra Preta e Morganho, não respondem pelo território de Murutinga, que não possuem legitimidade pois não existe essa subdivisão, que estão usando as pequenas aldeias para apoiar o projeto, que os próprios líderes legítimos de Murutinga não aceitam que Tauari, Caranai e Terra preta respondam pela TI Murutinga.

Toniel falou que o próprio presidente da Potássio falou que cada aldeia receberia uma ajuda de custo e que cada aldeia deveria fazer um plano bem viver para receber a ajuda de custo, que o território foi afetado pela seca e pela fumaça, que nesse momento não

Página 43 de 49

Documento assinado em conjunto via Token, primeira assinatura por JANAINA GOMES CASTRO E MASCARENHAS, em 15/11/2023 19:11. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1da77421.9c2288b2.de45e9bf.4530b22a



receberam ajuda nem recurso por serem contra o empreendimento, que estão sendo perseguidos por serem contra o empreendimento, que não receberam ajuda nem da Prefeitura, nem do Governador, nem da Potássio, que somente receberam 80 cestas básicas de uma empresa de Manaus que não se recorda o nome. Que falam que só vão ganhar ajuda humanitária do governo se falarem a mesma língua a favor do empreendimentos.

Wallace disse que o presidente da Potássio questionou se eles querem o empreendimento ou a demarcação.

Toniél disse que falaram que eles não deveriam ouvir Ongs. Que o povo Mura está com relacionamentos rachados, que sofrem ameaças de processo e risco de morte. **Roni disse que uma parente foi ameaçada por ser contra o empreendimento, que possui o áudio dessa situação, que pode fornecer ao MPF.** Toniél disse que foi veiculada notícia informando de apoio humanitário da empresa Potássio, FEI e FUNAI para 36 aldeias Mura (todas), todavia **a aldeia Murutinga não recebeu essa ajuda até hoje**, que possui o link da notícia e vai disponibilizar ao MPF.

Juntaram carta de 26/09/23 dos Mura da TI Murutinga-Tracajá destituindo o ex tuxaua por haver mentido e manipulado informações (também comunicado à FUNAI CTL Autazes em 19/10/23), em especial sobre o que ocorreu na reunião em 21 e 22/09/2023.

Também juntaram ata da reunião em 30/09/23 denunciando as manipulações e destituindo o ex tuxaua.

IV - DAS VIOLAÇÕES EXPRESSAS E DIRETAS AO PROTOCOLO DE CONSULTA DO POVO MURA

Em que pese a triste situação atual que vive o povo Mura, o protocolo de consulta construído inicialmente por todos prevê já que situações como estas poderiam acontecer. O protocolo do povo Mura é expresso sobre várias violações possíveis que inviabilizam e invalidam qualquer processo de consulta ao referido povo, como por exemplo na página 24:

Os não-índios não podem chegar às aldeias e perguntar apenas a um tuxaua

Página 44 de 49

Documento assinado em conjunto via Token, primeira assinatura por JANAINA GOMES CASTRO E MASCARENHAS, em 15/11/2023 19:11. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1da77421.9c2288b2.de45e9bf.4530b22a



ou liderança se pode ou não pode fazer alguma coisa. Isto não é consulta e não é consulta prévia. O governo e os não-índios devem respeitar nossa organização, da mesma maneira com que nos respeitamos.

Não tem um chefe ou cacique geral de todos os Mura. Também não é dever dos tuxauas decidir as coisas sozinhos: os não-índios não podem reunir apenas alguns Mura e pedir para eles tomarem uma decisão.

Quem toma as decisões são todos os Mura das aldeias: idosos, sábios, pajés, mulheres, homens, jovens, lideranças, professores, profissionais indígenas de

saúde, parteiras, todos tomam decisões e há a maneira certa para isso. Por isso nós organizamos o nosso trabalho como está no Protocolo: se os não-índios seguirem nossas determinações, a consulta irá valer. Se não seguirem, não vai valer.

Somente o povo Mura das aldeias dos municípios de Autazes e Careiro da Várzea, por meio de reuniões locais nas nossas aldeias, assembleias regionais e assembleias gerais da região podem tomar decisões

Na mesma linha a pagina 32 do referido protocolo de consulta do povo Mura:

Toda vez que os não-índios quiserem nos consultar, precisam enviar documentos para nossas organizações legítimas e aguardar que elas vão fazer reuniões com as nossas comunidades e tratar do assunto internamente. Não se pode conversar sozinho com um Mura. Não se pode conversar só com o presidente ou um membro das nossas organizações e chegar a uma decisão. **Os membros das nossas organizações são apenas representantes do coletivo Mura: eles não podem decidir nada sozinhos, em nome dos Mura. Eles estão a serviço do coletivo, são representantes das decisões que devem ser tomadas coletivamente segundo os nossos costumes**

Nas páginas 42 e seguintes do protocolo do povo Mura, bem como nas páginas 65 e seguintes, está expresso o rito de consulta, que deve iniciar nas aldeias, em cada uma delas, depois avançar para reuniões regionais e, enfim, para uma reunião geral. Em síntese, nada deve ser decidido sem amplo debate prévio com todos os Muras das aldeias, depois em reuniões regionais e depois em reunião geral.

Também é expresso no protocolo a necessidade de não haver presença dos não indígenas em reuniões internas do povo Mura, de modo a não influenciarem. Ora, no caso da reunião realizada nos dias 21 e 22/09/2023, além de todas as violações já citadas, o próprio Presidente da Potassio do Brasil se faz presente, com inúmeras promessas e até insinuações



para enfraquecimento da luta do povo Mura pela demarcação de seu território. A proibição da presença dos não indígenas está expressa em vários trechos no protocolo, entre eles pode-se citar a página 54:

Nas reuniões externas, poderão participar alguns não-índios, como Ministério Público Federal, nosso parceiro CIMI e os especialistas que nós indicarmos.

Mas não é qualquer não-índio que pode participar: iremos decidir caso a caso. **Já nas nossas reuniões internas, nenhum não índio poderá estar presente, porque isso atrapalha quando nossos parentes precisam discutir, debater. Se os não-índios estão no meio, somos coagidos e pressionados e não conseguimos chegar em um consenso.**

Importante registrar que em primeiro lugar sequer os parceiros citados foram convidados (MPF, CIMI), e por outro lado foi permitida a presença do Presidente da Potassio em evento que decidiria em tese a própria modificação do protocolo de consulta, demonstrando o nível das cooptações e irregularidades vigentes.

Nas páginas 60 e 61 consta a explicação do motivo da vedação à participação dos não indígenas, e da importância da presença do MPF e do CIMI (chamados de parceiros):

Muitas vezes fomos obrigados a discutir assuntos importantes na frente dos não-índios. Os parentes ficavam com medo de falar sua opinião nesta situação, porque sabiam que, se fosse opinião de crítica forte, esses não-índios poderiam lhes-fazer mal depois. Nosso Protocolo é um jeito de fecharmos a porta das nossas aldeias quando precisamos discutir um assunto importante porque nós queremos sempre o consenso e para chegar no consenso temos que discutir muito.

(...)

Também decidimos que nessas reuniões queremos a presença de nossos parceiros Ministério Público Federal, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Instituto Pacto Amazônico, e dos especialistas sobre o assunto. Mas nós sabemos que infelizmente tem muitos especialistas que não são honestos: se eles são contratados pela empresa ou pelo governo, eles podem estar comprometidos e não falar toda a verdade para nós.

Enfim, em que pese a posição atual do MPF ser pelo não cabimento sequer da consulta no presente caso, uma vez que não é permitida mineração sobre território indígena, seja com ou sem consulta, mesmo que fosse possível a consulta, ela foi violada de formas amplas e em alto grau.



V - DO DESRESPEITO E VIOLAÇÃO AO POVO MURA DO TERRITÓRIO INDÍGENA SOARES

Cabe este breve tópico para ressaltar que o povo indígena da aldeia Soares, (local onde se pretende instalar a base de prospecção da Potássio, e que no momento está com GT da FUNAI constituído para os estudos sobre a demarcação do território) não foi convidado ou sequer ouvido sobre a decisão tomada pelo CIM e lideranças Mura em 21 e 22/09/23.

Em síntese, decidiram em tese que seriam favoráveis ao empreendimento (e portanto contra a demarcação do território Soares) sem consultar o principal interessado e impactado, ou seja, as lideranças e moradores da aldeia Soares. Na prática, é como se vendessem objeto que não é seu, em explicação bem simples para entendimento geral.

Ainda, tal decisão é contrária ao próprio pedido do CIM pela demarcação do território Soares, pedido este que iniciou o processo na FUNAI há muitos anos.

VI – DO ATO MAIS RECENTE QUE DEMONSTRA DE MODO EVIDENTE O NÍVEL DE COOPTAÇÃO E A JUNCTÃO DE FORÇAS ENTRE A EMPRESA POTÁSSIO DO BRASIL S/A, A PREFEITURA DE AUTAZES E ALGUMAS LIDERANÇAS MURA

Em 09/11/23 foi realizada *live* no Facebook entre algumas lideranças Mura, Coordenadores do CIM e Prefeito do município de Autazes. Em síntese, foram expostos os benefícios e importância do projeto para o município e para o Brasil. O Prefeito anunciou a realização de audiência pública no Senado Federal em 22/11/23, enfatizou a suposta aprovação do povo Mura e a necessidade de autonomia financeira dos municípios amazônicos via exploração de minérios.

No fim do ato, o cantor Francisco Mura fez musica "em homenagem" ao Prefeito e vice-prefeito, mencionando que Marcelo (Prefeito) será eleito novamente, que o povo vai eleger o Prefeito, num claro ato de propaganda irregular eleitoral antecipada.

Página 47 de 49

Documento assinado em conjunto via Token, primeira assinatura por JANAINA GOMES CASTRO E MASCARENHAS, em 15/11/2023 19:11. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1da77421.9c2288b2.de45e9bf.4530b22a



Mistura-se assim a questão político partidária, o empreendimento minerário e o apoio cooptado de parte de lideranças Mura em apenas um ato, ou melhor, numa música transmitida ao vivo e disponível na internet:

<https://fb.watch/ocDYJkP4W2/?mibextid=Nif5oz>

VII - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, considerando o cenário de pressões, ameaças, cooptações, vício da vontade e atos ilícitos acima mencionados, vem o MPF solicitar em caráter emergencial:

1) a imediata suspensão de qualquer andamento do licenciamento ambiental, de consulta ou de qualquer ato de avanço dos trâmites para a implementação do empreendimento da empresa Potássio do Brasil S/A em Autazes e região, em face dos vícios mencionados e dos riscos de conflitos e morte que a continuação dos trâmites do empreendimento minerário neste cenário acarretam ao povo Mura na região;

2) a realização de inspeção judicial no menor prazo possível nas aldeias Mura, em especial nas que se manifestaram publicamente demonstrando as violações sofridas, a manipulação e mentira dos tuxauas, como a aldeia Murutinga e outras (sem prejuízo de serem convidados todos os Mura que desejarem participar da inspeção) de modo a esclarecer melhor o cenário acima relatado;

3) a determinação para retirada imediata do marco irregularmente afixado no território Soares e a aplicação imediata de multa à empresa Potássio do Brasil S/A por violações ao território Soares e ao povo Mura da aldeia Soares, seja em face dos assédios contínuos efetivados contra o tuxaua e representantes da aldeia, seja em face da colocação irregular de marco geográfico dentro do território Soares (multa em quantia não inferior a 500 mil reais de forma imediata, considerando o desrespeito a decisão judicial anterior e o poder econômico já demonstrado da empresa, bem como com aplicação de multa diária posterior de 50 mil reais por dia em que não retirado o marco após a decisão judicial); *que referida multa seja revertida em projetos e benefícios coletivos aos Mura do território indígena Soares*;

4) A aplicação de multa à empresa Potássio do Brasil S/A em face de cada aldeia violentada pelas manipulações, assédios, cooptações e ameaças sofridas, em valor não inferior a 500 mil reais por aldeia violentada; *que referida multa seja revertida em projetos e*

Página 48 de 49

Documento assinado em conjunto via Token, primeira assinatura por JANAINA GOMES CASTRO E MASCARENHAS, em 15/11/2023 19:11. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1da77421.9c2288b2.de45e9bf.4530b22a



benefícios coletivos aos Mura de cada aldeia violentada;

5) a determinação de que a empresa Potássio do Brasil S/A, bem como seus prepostos, ou lideranças indígenas Mura e coordenação atual do CIM, favoráveis ao empreendimento, se abstenham de qualquer assédio, cooptação, pressão, aliciamento, constrangimento ou contato irregular contra parentes do povo Mura, sob pena de adoção de multa ou medidas constritivas diversas a critério do juízo (poder geral de cautela), bem como determinação de responsabilização nas diversas esferas legais.

Manaus, data da assinatura eletrônica

Fernando Merloto Soave
Procurador da República

Eduardo Jesus Sanches
Procurador da República

Janaina Gomes Castro e Mascarenhas
Procuradora da República

